

# ATERCEIRIDADE

Estudos sobre Envelhecimento

ISSN 1676-0336



**VOLUME 21**  
**NÚMERO 48**  
**JULHO 2010**

Publicação técnica editada pelo  
SESC – Serviço Social do Comércio

**SESCSP**

## **SESC - Serviço Social do Comércio**

Administração Regional no Estado de São Paulo

### **Presidente do Conselho Regional**

Abram Szajman

### **Diretor do Departamento Regional**

Daniilo Santos de Miranda

### **Superintendentes**

Técnico-Social Joel Naimayer Padula

Comunicação Social Ivan Giannini

### **Gerentes**

Estudos e Programas da Terceira Idade

Cláudio Alarcon

Adjunto Lilia Ladislau

Artes Gráficas Hércio Magalhães

### **Comissão Editorial**

José Carlos Ferrigno (coordenação),  
Adriese Castro Pereira, Celina Dias  
Azevedo, Clívia Ramiro, Elizabeth  
Brasileiro, Fernando Fialho, Francis  
Marcio Alves Manzoni, Lourdes  
Teixeira Benedan, Malu Maia,  
Marta Lordello Gonçalves, Maurício  
Trindade, Regiane Cristina Galante,  
Regina Célia Sodré Ribeiro.

Secretária Carla Ferreira da Silva

Editoração: Lourdes Teixeira Benedan

Fotografias pag. 1, 3, 6: Nilton Silva;  
pag. 1, 3, 20: Isabel D'Elia; pag.  
1, 3, 40, 54: Gustavo Boemer; pag.  
1, 3, 66: Lourdes Teixeira Benedan;  
pag. 1, 3, 76, 77, 82, 87 e 4ª capa:  
Paulo Preto

Revisão: Marco Storani

Artigos para publicação podem ser  
enviados para avaliação da comissão  
editorial, nos seguintes endereços:

Serviço Social do Comércio  
– SESC-SP

Revista "A Terceira Idade" – (GETI)

Av. Álvaro Ramos, 991 - 3º andar

CEP 03331-000 - São Paulo - SP

Fone: (11) 2607-8241

Fax: 2607-8250

e-mail: revista3idade@sescsp.org.br

---

A Terceira Idade: Estudos sobre  
Envelhecimento /Serviço Social do  
Comércio. ST – Gerência de Estudos e  
Programas da Terceira Idade. Ano 1,  
n. 1 (set. 1988) – São Paulo: SESC-GETI,  
1988-

A Terceira Idade 1988 – 2006

Quadrimestral

ISSN 1676-0336

1. Gerontologia-Periódicos 2. Idosos-  
Periódicos 1. Serviço Social do  
Comércio

CDD 362.604

---

Esta revista está indexada em:  
Edubase (Faculdade de Educação/  
Unicamp)

Sumários Correntes de Periódicos Online

SIBRA (SIBRADID – Sistema Brasileiro de

Documentação e Informação

Desportiva – Escola de Educação Física

– UFMG)

**Nota:** As opiniões e afirmações contidas  
em artigos e entrevista publicadas  
na RTI são de responsabilidade de  
seus autores.

# Sumário

## **7** *Empowerment* e idosos: uma reflexão sobre programas de educação física

Cláudia F. dos S. Ronqui Pinheiro e  
Maria Luiza de Jesus Miranda

## **20** Os meios de comunicação social e o empoderamento da 3ª idade

Pedro Celso Campos

## **39** O idoso como protagonista social

José Sterza Justo, Adriano da Silva Rozendo,  
Márcia Rodrigues Correa

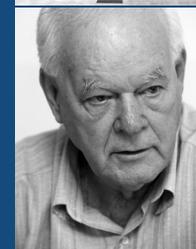
## **54** Falas sobre a velhice: entre o perceber e o ser idoso

Vera de Fátima Gomes de Assis e Denise Martin

## **66** Reflexões sobre o “Projeto 3ª idade” do Tribunal de Justiça do Ceará, que regulamenta o direito de prioridade processual

Alexandre de Oliveira Alcântara

## **75** Entrevista com o esportista **Wlamir Marques**



## As Práticas Corporais na Terceira Idade

Certas relações causais nos parecem óbvias, mas há poucas décadas eram desconhecidas. A propósito do tema deste editorial, podemos citar a recomendação médica dada, num passado não muito distante, a pessoas acometidas, por exemplo, de um enfarte cardíaco: repouso absoluto e uma vida isenta de esforço físico. Esse equívoco pode ter sido responsável pela abreviação de muitas existências. Hoje, ao contrário, a expectativa é a de que esse tipo de paciente volte o mais rápido possível a exercitar-se. Aliás, pesquisas científicas não deixam dúvidas a respeito da importância de nos mantermos ativos, não só para o restabelecimento de uma eventual enfermidade, mas também como uma estratégia de prevenção. Atualmente, sequer podemos alegar desinformação, pois a mídia diariamente difunde orientações para o desenvolvimento de um estilo de vida saudável.

Nesta edição, Cláudia Ronqui Pinheiro e Maria Luiza de Jesus Miranda, no artigo *Empowerment e Idosos: uma reflexão sobre programas de Educação Física*, destacam a importância de que tais ações sejam abrangentes, considerando as necessidades globais da pessoa idosa e resultem em uma efetiva melhoria de qualidade de vida. A participação do próprio idoso como sujeito dessa ação é decisiva. Nessa perspectiva, os benefícios advindos das atividades físicas não se circunscrevem somente ao âmbito da saúde física, mas promovem uma educação para a saúde de modo mais amplo, além de favorecer o convívio e a integração social.

O SESC São Paulo, desde os primórdios de seu pioneiro programa *Trabalho Social com Idosos*, valoriza as atividades corporais na Terceira Idade pelo bem-estar físico e psicológico que proporcionam. Muitos de

---

nossos veteranos professores recordam que, nos anos 70, os primeiros idosos a aderirem a esse programa, não habituados que eram, faziam exercícios vestidos com calça e camisa social. Aos poucos, porém, os idosos atendidos por nossa instituição foram incorporando tais práticas a seu cotidiano ainda em uma época na qual educação física era algo reservado a jovens colegiais ou a atletas amadores e profissionais. Na atualidade, milhares de pessoas idosas são atendidas diariamente em nossos centros culturais e desportivos na capital, interior e litoral do estado.

Nossos educadores são incentivados a um permanente aperfeiçoamento profissional. Por isso, a reflexão sobre suas aulas resultou em um livro que o SESC SP está lançando: *Esporte para Idosos*. Assunto inédito em nosso país, a obra apresenta diferentes modalidades esportivas com suas regras adaptadas às condições orgânicas dessa população, de modo que os jogos sejam a um só tempo, seguros, eficientes e prazerosos.

Como entrevistado, convidamos o bicampeão mundial Wlamir Marques, glória do basquete brasileiro dos anos 60. Wlamir em uma conversa descontraída nos relata suas experiências como atleta, técnico e professor universitário, demonstrando a efetiva possibilidade de uma vida ativa na velhice.

DANILO SANTOS DE MIRANDA  
*Diretor Regional do Sesc São Paulo*



# Empowerment e idosos: uma reflexão sobre programas de Educação Física

CLAUDIA F. DOS SANTOS RONQUI PINHEIRO<sup>1</sup>  
MARIA LUIZA DE JESUS MIRANDA<sup>2</sup>

## RESUMO

---

O aumento populacional de idosos tem gerado uma grande demanda de ações e intervenções que contribuem para o envelhecimento saudável. A atividade física é considerada uma importante intervenção nesse processo, porém como se estruturam essas intervenções ainda é uma discussão que permeia a área da saúde, bem como a atuação dos profissionais envolvidos nessas práticas também é causa de debate a partir do momento em que há uma grande oferta de programas que oferecem a atividade física como uma das formas para uma melhor qualidade de vida da população idosa. Considerando-se que na perspectiva mais atual da Promoção da Saúde o eixo central é o conceito/estratégia do *empowerment* (empoderamento), definido como o processo de capacitação de indivíduos e comunidade a partir do aumento de seu nível de conhecimento e informação por meio de práticas educativas, este ensaio pretende refletir sobre as implicações disso sobre os programas de Educação Física para idosos.

**Palavras-chave:** empoderamento, atividades físicas, qualidade e vida.

## ABSTRACT

---

The growth of the elderly population has been generating a great deal of actions and interventions that could potentially contribute to a healthy ageing process. Physical activity is considered an important form of

<sup>1</sup> Mestre em Educação Física pela Universidade São Judas Tadeu-SP. Instrutora de atividades físicas do SESC SP (Unidade Consolação).

claudia@consolacao.sescsp.org.br

<sup>2</sup> Docente da Pós Graduação Strictu Senso da Universidade São Judas Tadeu-SP e coordenadora do Projeto Sênior para a Vida Ativa da USJT e do Grupo de Pesquisa Sênior.

odsmi@uol.com.br

intervention in this process. However, how these interventions are structured is still a discussion that permeates the health field. Furthermore, with the great availability of programs that use physical activity as means to improve the lives of elderly people, the role of professionals involved in these actions and interventions has also become a theme for discussion. From the standpoint of the current ideas on health promotion, the key aspect to be considered is the concept/strategy of empowerment, which is defined as the process of qualifying individuals and the community by improving their knowledge and skills through educational practices. This essay aims to discuss the implications of this idea on the Physical Education Programs for older adults.

**Keywords:** empowerment, physical activities, quality and life.

## INTRODUÇÃO

---

De acordo com Gerez et al. (2007), as atuais discussões em Saúde Pública apontam a relevância da implantação de programas educacionais que possam trazer à população idosa conhecimentos a respeito dos possíveis benefícios sobre sua saúde, associados a uma prática regular de atividade física.

Porém, segundo os autores, a questão educacional é constantemente esquecida quando ocorre em ambientes de educação não formal destinados ao público adulto e idoso. Em geral, em programas de Educação Física para essa população, o sucesso da prática profissional está relacionado à obtenção de resultados mensuráveis (antropométricos, fisiológicos, biológicos) e de uma condição de “saúde” relacionada a padrões estéticos e à manutenção de níveis de aptidão física, os quais, via de regra, são “padrões” determinados por pesquisas de cunho quantitativo que investigam, em sua maioria, os aspectos fisiológicos (BAGRICHEVISKY e PALMA, 2005).

De acordo com esse modelo, são utilizadas como medidas de sucesso apenas avaliações quantitativas, desconsiderando outras dimensões da existência humana, tornando a prática de atividade física uma mera reprodução de movimentos sem significado, não considerando as neces-

sidades, expectativas e crenças dos idosos, não promovendo uma discussão mais aprofundada de todos os aspectos envolvidos nessa prática (MATSUO, 2007; GEREZ, 2006).

Além disso, em materiais específicos de prescrição da área, o sujeito idoso aparece muitas vezes como uma pessoa dotada de limitações e que encontra na atividade física um “remédio” para os problemas relacionados à sua condição de “velho”, ou seja, uma visão reducionista, na qual a atividade física aparece associada à saúde como fenômeno de causa e efeito.

A atuação profissional na Educação Física parece adotar essa concepção, o que mostra uma visão restrita dos conceitos de saúde e de velhice (GEREZ et al., 2007). Além disso, reforça a crença de que reside na prática de atividade física a garantia da saúde, ou seja, somente é “dotado” de saúde o indivíduo idoso que é ativo fisicamente, visão essa que desconsidera outras questões presentes na adesão ou não dessa população à prática de atividade física regular.

A partir do momento em que reconhecemos a Educação Física como uma das estratégias de Educação em Saúde, assumimos que a área tem o papel de contribuir para a saúde das populações, porém sob uma perspectiva que vai além das questões de aptidão física e que reduz o conceito de saúde e, até mesmo, a prática profissional.

Assim, sob uma perspectiva mais atual, as discussões que tentam orientar novas práticas em Saúde Pública giram em torno do ideário da Promoção da Saúde<sup>3</sup>.

Como tema central desse ideário está o *empowerment*, o qual, segundo Carvalho (2004), é definido como um processo que ajuda as pessoas a firmarem seu controle sobre os fatores que afetam sua saúde, desenvolvendo capacidades e habilidades individuais e coletivas de provocar mudanças por meio da mobilização da comunidade.

Esse conceito está associado diretamente a um processo educacional que parece ser ignorado na prática docente com os idosos. Assim, diante da crescente população de idosos e da necessidade de oferecer programas de Educação Física que sejam coerentes com o modelo de saúde mais atual e compromissados com a autonomia dos sujeitos, este ensaio tem por objetivo propor uma reflexão sobre o *empowerment*, como elemento central da Promoção da Saúde, e as possíveis implicações desse conceito em programas de Educação Física para idosos.

**3** A Promoção da Saúde teve como marco a promulgação da Carta de Ottawa no ano de 1986 (BECKER et al., 2004). A partir da divulgação desse documento, a questão da saúde acaba sendo ampliada, saindo dos centros de saúde e se estendendo para as comunidades, as escolas e outros ambientes de educação não formal. Como um dos principais objetivos desse ideário está a autonomia, considerada decorrente de algo que transcende as ações cotidianas, relacionada à capacidade de realização pessoal e não apenas associada à dependência física ou social, ocorrendo por meio da capacitação dos indivíduos e da comunidade (*empowerment*) por meio do aumento de seu nível de conhecimento e informação ante as questões relacionadas à sua saúde (SILVA JR. et al., 2006).

## Empowerment

*Empowerment* constitui um termo de difícil tradução, alguns o traduzem por empoderamento, apoderamento, porém, por acreditar que o conceito tem múltiplas faces e que a tradução acabaria por excluir algumas, usaremos o termo original inglês. Para Vasconcelos (2003) e Fazenda (2003), empowerment tem o sentido, a perspectiva de aumento do poder e da autonomia pessoal e coletiva de indivíduos e grupos submetidos a relações de opressão, discriminação e dominação social, e, para mudarem essa situação, é necessário que esses grupos aumentem suas competências e seu poder. O caminho histórico que este conceito percorreu tem sido por meio de um processo de reflexão sobre a realidade da vida humana, visando à libertação dos indivíduos subjugados a estruturas, conjunturas e práticas culturais e sociais que se revelam injustas, opressivas e discriminadoras.

Embora tenha muitos antecedentes nas abordagens internacionais, o que se entende hoje por *empowerment*, com suas formulações mais sistemáticas, está relacionado a intervenções no campo da saúde mental a partir da década de 1950 nos países escandinavos e que tiveram uma rápida expansão nos países de língua inglesa. De acordo com Wallerstein (1992), é nessa década que o fenômeno do *powerlessness*<sup>4</sup> foi observado e difundido, como alienação, autculpa, depressão, opressão internalizada e lesões não diagnosticadas, emergindo como um fator de base ao risco de doença.

O termo *empowerment* também possui raízes nas lutas pelos direitos civis, no movimento feminista e na ideologia da ação social, presentes nas sociedades dos países desenvolvidos, por volta da segunda metade do século XX. Na década de 1970 foi influenciado por movimentos de autoajuda e movimentos a favor do direito da cidadania em diferentes esferas da vida social, entre as quais a prática médica, a Educação em Saúde e o ambiente físico, e hoje tem representado um elemento central das políticas sociais e do serviço social na Europa e nos principais países anglo-saxônicos.

Diferentes concepções acerca do que é *empowerment* e o conflito de interesses gerado por cada uma delas vêm causando distorções na utilização deste conceito. Carvalho mostra a existência de duas abordagens principais do empowerment: o enfoque psicológico e o enfoque comunitário ou social (CARVALHO e GASTALDO, 2008).

<sup>4</sup> *Powerlessness* (falta de poder ou força, fraqueza, impotência ou ineficácia). Seeman apud Wallerstein (1992) definiu *powerlessness* como um fenômeno subjetivo ou percebido: a expectativa ou crença de que um indivíduo não pode determinar o resultado dos acontecimentos; ligada ao desespero de indivíduos de realizarem mudanças; por conta da experiência de vida sem liberdade ou falta de conexões a um sistema social cada vez mais complexo.

De acordo com Wallerstein (1992), na Saúde Pública o enfoque principal está apenas no nível da transformação individual, visto como separado do sistema social, relacionado a questões de autoestima, competência individual ou eficácia, no qual o indivíduo experimenta maior controle sobre a própria vida sem que ocorra uma participação em ações políticas coletivas. Sob essa concepção são aplicadas estratégias que focam o fortalecimento da autoestima e a criação de mecanismos de autoajuda e solidariedade, por meio das práticas para a “formação sanitária”, envolvendo técnicas focais e de marketing social que remetem às do sanitário-higienista do paradigma behaviorista<sup>5</sup> (CARVALHO, 2005).

Embora muitos programas políticos se utilizem desse enfoque para dirigir a responsabilidade sobre as questões de saúde para o indivíduo e, assim, não onerar o Poder Público, o *empowerment* psicológico, mesmo ocupando um nível de análise individual, integra-se na participação do indivíduo no contexto sociopolítico (CARVALHO, 2004).

Em contrapartida, *empowerment* comunitário ou social refere-se ao modo como as comunidades alcançam a equidade de recursos, identificando problemas e soluções, apresentando igualdade e capacidade para resolução de problemas individuais e coletivos, além do aumento da participação em atividades para a melhoria das condições de saúde da comunidade. Dessa maneira, *empowerment* comunitário envolve processos que procuram promover a participação com o intuito de aumento do controle sobre a vida por parte de indivíduos e comunidades, a eficácia política, uma maior justiça social e a melhoria da qualidade de vida (WALLERSTEIN, 1992; CARVALHO, 2004).

No Brasil, alguns desdobramentos ou formulações de *empowerment* apresentam características próprias e, de acordo com Vasconcelos (2003), uma delas teve grande influência e repercussão nas abordagens europeias e anglo-saxônicas: trata-se da obra do educador brasileiro Paulo Freire, no campo da educação popular.

Para Carvalho (2005), sob a influência de Paulo Freire, os teóricos do *empowerment* comunitário defendem a efetivação de um modelo pedagógico que tenha como objetivo e estratégia a educação como prática libertadora, o *empowerment* education. Nesse enfoque existe a busca pela ruptura com modelos de educação centrados no exercício do “poder-sobre” o outro, em que o educador “repassa” as informações e os alunos “recebem”, em uma concepção de educação que Paulo Freire denomina “bancária”.

<sup>5</sup> O Relatório de Lalonde, publicado no Canadá em 1974, formalizou a corrente behaviorista da Promoção da Saúde, cujo eixo estratégico é formado por um conjunto de intervenções que buscam transformar comportamentos individuais não saudáveis (CARVALHO, 2005).

O *empowerment education* tem sempre como objetivo o engajamento das pessoas por meio de um processo de grupos de diálogo com a intenção de identificar seus problemas, avaliando criticamente as raízes históricas, sociais e culturais destes para, assim, desenvolver estratégias de ação para a transformação de suas vidas. Isso se dá por meio de uma abordagem de ouvir-dialogar-agir que inclui uma orientação social participativa voltada à aprendizagem (WALLERSTEIN, 1992).

### O *empowerment* na Educação Física como estratégia de Educação em Saúde para idosos

De acordo com Teixeira (2002), no ideário da Promoção da Saúde o *empowerment* é abordado por meio da sua inserção no campo de ação do **reforço da ação comunitária**, sendo este definido como o processo de desenvolvimento da comunidade, por meio da intervenção concreta e efetiva, no qual seus integrantes estabelecem prioridades, tomam decisões e planejam estratégias que visam atingir melhores condições de saúde e maior controle sobre esses determinantes.

Outro campo em que o *empowerment* se insere nesse ideário é o de **desenvolvimento de competências pessoais**, que pressupõe o desenvolvimento pessoal e social, o incremento do nível de informação, por meio da educação para a saúde e do reforço das competências que habilitem para uma vida saudável. Assim, para a autora, o *empowerment* reflete-se como estratégia de ganho de saúde, na medida em que sua ausência pode se constituir um fator de risco para o surgimento de doenças.

No caso dos idosos, o aumento dos anos vividos pode provocar uma diminuição de *empowerment*, pois esses indivíduos estão suscetíveis a situações de risco, como o surgimento de doenças, a ocorrência de eventos estressantes (perda de familiares e amigos, por exemplo), a interrupção de sua rede social (aposentadoria). Além disso, em razão da imagem negativa da velhice, associada às perdas fisiológicas, psicológicas e sociais, seu poder de decisão muitas vezes acaba sendo diminuído ou suplantado por familiares ou instituições, que lhes retiram a autonomia, a possibilidade de serem responsáveis por si.

---

EM RAZÃO DA IMAGEM NEGATIVA DA VELHICE, ASSOCIADA ÀS PERDAS FISIOLÓGICAS, PSICOLÓGICAS E SOCIAIS, SEU PODER DE DECISÃO MUITAS VEZES ACABA SENDO DIMINUÍDO OU SUPLANTADO POR FAMILIARES OU INSTITUIÇÕES, QUE LHES RETIRAM A AUTONOMIA, A POSSIBILIDADE DE SEREM RESPONSÁVEIS POR SI.

---

A Educação em Saúde tem uma clara relação com as questões postas pelo envelhecimento, especialmente no que se refere à manutenção de modos de vida ativa. De acordo com Farinatti e Ferreira (2006), dois pontos são relevantes sobre esse assunto: em primeiro lugar a perda da autonomia durante essa fase da vida requer necessidade de informações desde a juventude sobre seus fatores concorrentes, informações que devem considerar o indivíduo, sua família, seu meio profissional e o espaço social em que vive. Ou seja, o processo de educação precisa ser, então, individual e coletivo.

Em segundo lugar, a Educação em Saúde deve facilitar aos idosos a escolha de seus modos de vida, despertando para a importância ao respeito de seus desejos e valores. Assim, não deve estar restrita à informação das pessoas sobre o que fazer para serem mais saudáveis, mas criar espaços e condições favoráveis para esse desenvolvimento (FARINATTI e FERREIRA, 2006).

Para Okuma (1998), ao analisarmos criticamente as estratégias de intervenção para os idosos, nota-se que o estímulo quase sempre é externo ao indivíduo, na busca por objetivos e resultados que são considerados bons pela Ciência e não necessariamente àqueles que dizem respeito ao aluno idoso. Para a autora, entre outros fatores, a baixa adesão dos idosos a programas de atividade física regular pode estar relacionada ao fato de que necessidades reais e pessoais do indivíduo não estejam sendo consideradas nas intervenções junto à população idosa (p. 17):

(...) esses modelos estabelecem, a priori, metas a ser atingidas a partir de padrões preestabelecidos: são comportamentos motores a ser seguidos, níveis mensuráveis de saúde, porcentual de peso a ser perdido, eficiência de determinados órgãos e regiões do corpo, e assim por diante. Esses parâmetros são perseguidos como se constituíssem o indivíduo em sua totalidade (...). Desse modo, os objetivos prioritários são os que buscam a melhoria da saúde, da aptidão física, o controle da obesidade, das características estéticas do corpo, dentre outros estabelecidos por alguém.

Então, muitas vezes, na tentativa de alcançar a saúde entre os idosos, os profissionais acabam por “uniformizar” prescrições de exercícios

---

A EDUCAÇÃO EM SAÚDE TEM UMA CLARA RELAÇÃO COM AS QUESTÕES POSTAS PELO ENVELHECIMENTO, ESPECIALMENTE NO QUE SE REFERE À MANUTENÇÃO DE MODOS DE VIDA ATIVA.

---

físicos, e propagar comportamentos tidos como “saudáveis” e metas a serem alcançadas sem considerarem sua individualidade, suas necessidades e objetivos pessoais.

Não podemos deixar de considerar que o profissional que atua com essa população está inserido em uma sociedade de consumo e valorização da estética e do culto ao corpo jovem. De acordo com Goldfarb (2006), os valores de produção e consumo, ligados ao modo de produção capitalista, também contribuíram para colocar a velhice em lugar marginalizado, em contraposição à valorização da juventude, da força, beleza e capacidade de trabalho, reprodução e produção de bens. Além disso, esse profissional, muitas vezes, reproduz o modelo educacional vigente, no qual teve sua formação acadêmica, cujas práticas educativas são centradas no discurso e no repasse e acúmulo de informações, uma concepção que Paulo Freire intitulou de “bancária”.

Assim, as intervenções da área entre a população idosa parecem não ter o compromisso de conduzir essas pessoas a uma aprendizagem significativa dos conceitos e procedimentos sobre as atividades praticadas a partir de um processo educacional que as leve a compreender os possíveis benefícios dessa prática, com a oportunidade de desenvolver um estilo de vida mais ativo e a aquisição de hábitos de vida mais saudáveis (GEREZ, 2006).

Considerando que educar é o principal objetivo da Educação Física e que a mera “instrução” e o fazer pelo fazer do exercício não desenvolvem a autonomia ou a consciência crítica do sujeito perante a atividade física, parece que a adoção de uma ação sob a perspectiva do ideário da Promoção da Saúde, buscando o *empowerment*, corresponde a um compromisso com o desenvolvimento das potencialidades do ser humano além do olhar biológico (GEREZ, 2006).

Sabemos que ainda são poucas as iniciativas dessa natureza, porém podemos tomar como exemplos dois programas posicionados neste sentido: o Projeto Sênior para a Vida Ativa, da Universidade São Judas Tadeu (SP), e o Projeto Ginástica Integrativa, do SESC Itaquera (SP).

O Projeto Sênior para a Vida Ativa tem como sustentação teórica a Teoria da Velhice Bem Sucedida, o ideário da Promoção da Saúde, além da Pedagogia da Autonomia de Paulo Freire. A organização didática e o ensino estão baseados nas considerações de Coll e colaboradores sobre a natureza dos conteúdos a serem ensinados. É um projeto de caráter

educacional multidisciplinar, integrando as áreas de Educação Física, Nutrição e Farmácia, e o seu núcleo é formado pelo programa de Educação Física. Este tem como objetivos específicos difundir conhecimentos conceituais, procedimentais e atitudinais sobre a atividade física relacionada ao processo de envelhecimento, com o intuito de possibilitar aos idosos obterem conhecimentos para posicionarem-se de maneira crítica em relação a essa prática, favorecendo a sua adoção de forma autônoma para integrar as ações de autocuidado com a saúde. Além disso, visa ao estímulo de ações coletivas para a criação de espaços e ambientes que proporcionem saúde (GEREZ et al., 2007).

Segundo os autores, por intermédio das aulas, os idosos são levados a refletir sobre sua realidade e a compreender como o processo de envelhecimento atua sobre os vários sistemas orgânicos, e de que forma a prática da atividade física pode contribuir para estimular esses sistemas e promover adaptações. Assim, após vivenciarem as práticas corporais por um período, são realizadas reflexões com os idosos sobre como eles superariam barreiras, a partir dos conhecimentos adquiridos, para a manutenção da prática de atividades físicas.

Em um estudo realizado por Gerez (2006) com os idosos do Sênior/2004, verificou-se que houve um incremento do *empowerment* individual ante a atividade física, mas não do coletivo. De acordo com a autora, isso pode ter ocorrido porque esses idosos não conseguiram enxergar a possibilidade de engajamento político e coletivo para transformar a realidade, decorrente da falta de recursos financeiros e também de espaços públicos.

A outra iniciativa a que nos referimos é o Programa Ginástica Integrativa, desenvolvido no SESC<sup>6</sup> Itaquera/SP. O programa iniciou-se no ano de 2007 com a convergência entre os pressupostos teóricos do ideário da Promoção da Saúde e dois programas institucionais: o Programa Ginástica Voluntária (GV)<sup>7</sup> e o Trabalho Social com Idosos (TSI)<sup>8</sup>. Possui entre seus objetivos o compromisso pela busca da autonomia dos participantes perante a atividade física e as questões atinentes à saúde, sendo esse conceito comum a todo o referencial teórico supramencionado.

As intervenções contemplam atividades teórico-práticas que visam ao desenvolvimento das capacidades coordenativas (ritmo, tempo de reação, equilíbrio e coordenação motora geral) e dos condicionantes (força, resistência, flexibilidade e capacidade aeróbica), baseadas em resolução

**6** O Serviço Social do Comércio (Sesc) é uma instituição de caráter privado, de âmbito nacional, criada em 1946 por iniciativa do empresariado do comércio e de serviços, que a mantém e administra. Sua finalidade é a promoção do bem-estar social, a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento cultural de seu público prioritário, o comerciário, e da comunidade em geral (SESC, 1993).

**7** O Programa Ginástica Voluntária foi desenvolvido por técnicos do Sesc São Paulo, no início da década de 1990, com a intenção de se contrapor ao modelo de atividade física que reproduzia conceitos biologicistas e que privilegiasse somente o condicionamento físico e a aptidão física. O objetivo desse programa é desenvolver um processo de educação corporal baseado na ludicidade e no desenvolvimento da autonomia, com a intenção de possibilitar ao indivíduo o aprimoramento de suas práticas corporais integradas a situações do cotidiano como uma proposta de Educação em Saúde (SESC, 1993). A partir do final da década de 1990, o Sesc percebeu a necessidade de agregar outros conceitos aos programas de ginástica utilizados em suas unidades, a fim de uniformizar técnicas e conceitos. Assim, desenvolveu-se o Programa Ginástica Multifuncional, que pode ser entendido como um programa de práticas corporais que visa a melhorar a capacidade funcional dos indivíduos. O conceito está diretamente ligado ao gasto de energia que cada um apresenta no

dia a dia e se a reserva dessa energia é suficiente ou deixa a desejar. A também chamada saúde funcional tem sido associada a nossa qualidade de automanutenção e ao papel social de cada um – uma visão holística, que inclui ainda a condição intelectual e o estado emocional. Assim, desde o ano de 2002 as ações do Sesc São Paulo que envolvem programas de ginástica são norteadas pelo Programa Ginástica Multifuncional, sendo o Programa Ginástica Voluntária antecessor a este. A opção, neste trabalho, pelo segundo programa foi definida pelas características específicas da Unidade Itaquera.

**7** O Trabalho Social com Idosos do Sesc São Paulo teve início em 1963, com a proposta de formação de Grupos de Convivência e – a partir da década de 1970 – das Escolas Abertas da Terceira Idade. O TSI tem passado por adequações para acompanhar as mudanças que ocorreram no cenário social brasileiro. Ao programa, por exemplo, foram incorporadas atividades físicas e o aprendizado de práticas esportivas voltadas aos idosos; tornaram-se tradicionais a organização e a realização de Encontros Nacionais e Estaduais de Idosos, com a proposta de discussão, avaliação e reivindicação de políticas públicas voltadas ao idoso. No entanto, suas diretrizes e pilares não se alteraram: valorização da autonomia e independência, incentivo à construção de redes sociais e estímulo ao aprendizado permanente (SESC, 2003).

de problemas e discussões sobre percepções acerca de determinada prática e os elos que possuem com o cotidiano.

Com a sua implementação procura-se desenvolver entre os idosos conhecimentos suficientes sobre a atividade física relacionada aos seus corpos, suas capacidades, possibilidades e limitações, na intenção de desenvolver a autogestão para a prática. Ademais, pretende-se estimular os idosos a conseguirem provocar mudanças em outros espaços (públicos, comunitários, etc.) que tragam ações e reações mais favoráveis para sua saúde.

No intuito de analisar se havia manifestações de *empowerment* e autonomia nos idosos participantes do programa do SESC, Santos (2009) realizou um estudo fundamentado na Epistemologia Qualitativa, referenciada nos pressupostos teóricos de González Rey sobre a subjetividade (1997, 2002, 2005). A autora verificou que foi expresso pelos idosos o sentido de poder agir em favor de questões relacionadas à saúde, no caso a prática de atividades físicas, porém essa configuração estava associada a ações individuais e dentro do próprio grupo, o que pode ser apontado como incremento do *empowerment* dessas pessoas. Isso, por sua vez, pode ser refletido em ações consideradas autônomas, mesmo que limitadas apenas ao ambiente da atividade.

Essas iniciativas demonstram que, mesmo não tendo alcançado o *empowerment* coletivo, foi possível atingir a instância fundamental para esse objetivo: o *empowerment* individual, pois de acordo com Freire (1986), em um diálogo com o educador norte-americano Ira Shor, mesmo que o *empowerment* individual não seja suficiente para a transformação da sociedade de modo geral, é “absolutamente necessário” para a transformação social. De acordo com o educador, a percepção crítica da realidade faz-se necessária para a transformação social, mesmo não sendo por si suficiente.

### Considerações finais

Acreditamos que a prática profissional com idosos requer um olhar ampliado para o sujeito idoso, cujo envelhecimento é constituído por um processo que inclui não apenas alterações biológicas, mas também todo um processo complexo de adaptações e de desenvolvimento. Assim, parece-nos fundamental que sejam desenvolvidos programas educacionais

com o objetivo de criar ambientes favoráveis para o desenvolvimento da autonomia perante as questões relacionadas à sua saúde, por meio do *empowerment*. Embora ainda seja difícil a implantação e o desenvolvimento de estratégias e avaliações de programas de *empowerment*, uma característica parece ser fundamental para caracterizar programas com esse objetivo: a utilização de uma metodologia participativa, baseada numa educação dialógica.

Assim, a Educação Física como área para a Educação em Saúde não pode reduzir sua intervenção ao mero treinamento das capacidades físicas, ao “repasso” de informações, especialmente entre a população idosa, que, muitas vezes, tem seus direitos limitados pela diminuição de sua rede social e por processos associados ao envelhecimento. Ou seja, simplesmente “aplicar”, “informar” um conteúdo, esperando que as pessoas compreendam e incorporem às suas vidas não atende às expectativas educacionais para o desenvolvimento da autonomia.

Para isso é necessário que espaços sejam desenvolvidos com os idosos, a comunidade científica e a sociedade em geral, com a presença de mecanismos de diálogo entre essas esferas. Esse quadro engloba todo um processo de mudança que passa pelo educador, pela comunidade e pelo Poder Público.

Ampliar o olhar para o ser idoso além das questões biológicas, reconhecer essa população como parte fundamental no desenvolvimento da sociedade e rediscutir a formação na área da Educação Física e o conceito de saúde parecem ser questões importantes numa possível mudança do quadro atual para outro, envolvendo uma intervenção mais próxima dos objetivos do ideário da Promoção da Saúde.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

- BAGRICHEVSKY, M.; PALMA, A. Questionamento e incertezas acerca do estatuto científico da saúde: um debate necessário na Educação Física. *Rev. da Educação Física da UEM*, v. 15, n. 2, p. 57-66, 2005.
- BECKER, D.; EDMUNDO, K.; NUNES, N. R.; BONATTO, D.; SOUZA, de R. *Empowerment* e avaliação participativa em um programa de desenvolvimento local e promoção de saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. p, n. 3, p. 655-667, 2004.
- CARVALHO, S. R. Os múltiplos sentidos da categoria “*empowerment*” no projeto de promoção à saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, jul./ago. 2004.

- \_\_\_\_\_. *Saúde coletiva e promoção da saúde: sujeito e mudança*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- CARVALHO, S. R.; GASTALDO, D. Promoção à saúde e empoderamento: uma reflexão a partir das perspectivas crítico-social e pós-estruturalista. *Revista Ciência e saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 13, supl. 2, 2008.
- FARINATTI, P. T. V.; FERREIRA, M. S. *Saúde, promoção da saúde e Educação Física: conceitos, princípios e aplicações*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2006.
- FAZENDA, I. *Empowerment e participação, uma estratégia de mudança*. Centro Português de Investigação e História e Trabalho Social, 2003.
- FRACHI, K. M. B.; MONTENEGRO JR., R. M. Atividade física: uma necessidade para a boa saúde na Terceira Idade. *Revista Brasileira de Promoção da Saúde*, v. 18, n. 3, p. 152-156, ago. 2005.
- FREIRE, P.; SHOR, I. *Medo e ousadia: o cotidiano do professor*. Tradução de Adriana Lopez. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1986.
- GEREZ, A. G. *A prática pedagógica em Educação Física para idosos e a educação em saúde na perspectiva da promoção da saúde: um olhar sobre o Projeto Sênior para a Vida Ativa – USJT*. 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade São Judas Tadeu, São Paulo.
- GEREZ, A. G.; MIRANDA, M. L. J.; CAMARA, F. M.; VELARDI, M. A prática pedagógica e a organização dos conteúdos de Educação Física para idosos no Projeto Sênior para a Vida Ativa na USJT: uma experiência rumo à autonomia. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 28, n. 2, p. 221-236, jan. 2007.
- GOLDFARB, D. C. Velhices fragilizadas: espaços e ações preventivas. In: *Velhices: reflexões contemporâneas*. São Paulo: SESC/PUC, 2006.
- GONZÁLEZ REY, F. *Epistemologia cualitativa y subjetividad*. São Paulo: Educ, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Pesquisa qualitativa em Psicologia: caminhos e desafios*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.
- LUZ, Madel T. *Novos saberes e práticas em saúde coletiva: estudos sobre racionalidades médicas e atividades corporais*. São Paulo: Hucitec, 2003.
- MATSUO, R. F. *O sentido de saúde em idosos do Projeto Sênior para a Vida Ativa da USJT*. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade São Judas Tadeu, São Paulo
- MIRANDA, M. L. J. *Efeitos da atividade física com música sobre os estados subjetivos de idosos*. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- OKUMA, S. S. *O idoso e a atividade física*. Campinas: Papyrus, 1998.
- SESC. DR. SP. *Ginástica voluntária*. São Paulo: SESC, 1993. 30p.
- SESC. *O século da Terceira Idade*. São Paulo: SESC, 2003. 212p.
- SANTOS, C. F. dos. *Subjetividade e idosos: empowerment e autonomia na participação em um programa de Educação Física*. 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade São Judas Tadeu, São Paulo.

- SILVA JR., A. P.; NAKAMURA, A. L. L.; LOUZADA, J. C. N.; VELARDI, M. Autonomia e Educação Física: uma perspectiva à luz do ideário da promoção da saúde. *Conexões*, v. 4, n. 1, p. 13-28, 2006.
- TEIXEIRA, M. B. *Empoderamento como estratégia de promoção da saúde no campo do envelhecimento*. 2002. Dissertação (Mestrado) – Fiocruz, Rio de Janeiro.
- VASCONCELOS, E. M. *O poder que brota da dor e da opressão: empowerment, sua história, teorias e estratégias*. São Paulo: Paulus, 2003.
- WALLERSTEIN, N. Powerlessness, empowerment, and health: implications for health promotion programs. *American Journal of Health Promotion*, v. 6, p. 197-205, jan. 1992.
- WALLERSTEIN, N. What is the evidence on effectiveness of empowerment to improve health? *WHO Regional Office for Europe's Health Evidence Network (HEN)*, 2006.



# Os meios de comunicação social e o “empoderamento” da Terceira Idade

PEDRO CELSO CAMPOS

## RESUMO

---

A sociedade está envelhecendo. Esta pauta vai se tornando presente, cada vez mais, na rotina dos meios de comunicação. Ainda nos bancos universitários, os futuros jornalistas devem ser sensibilizados para este fenômeno que envolve importante processo de mudança social. Um dos caminhos pode ser o estudo das técnicas de empoderamento e formação de capital social, por meio das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Em contrapartida, exercendo plenamente os seus deveres de cidadania, os comunicadores podem – no exercício da profissão ou no voluntariado – contribuir com o fortalecimento das reivindicações da Terceira Idade, na luta pela preservação dos direitos adquiridos, na organização pela conquista de novos direitos, principalmente cobrando dos meios de comunicação mais respeito e dignidade, condenando a discriminação, não se calando diante de qualquer iniciativa que vise prejudicar os direitos das pessoas idosas. Mas como fazer? Como proceder para evitar o conflito geracional que tende a se instalar na sociedade quando as próprias autoridades públicas passam a atribuir aos idosos a culpa pelos problemas da Previdência Social ou pelos gastos com a saúde pública? E como pode um setor social tão amplo e poderoso como a Terceira Idade abrir mão do seu próprio poder deixando-se “dizimar” pelos políticos e pelos meios de comunicação sem qualquer reação? É isto que pretendemos estudar neste artigo.

**Palavras-chave:** empoderamento, participação social, sociabilidade, Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs.

Coordenador do Curso de Jornalismo da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista-FAAC/Unesp, *campus* de Bauru-SP. Este artigo faz parte de seus estudos pós-doutorais na Facultad de Comunicación de la Universidad de Sevilla, entre setembro/2007 e março/2008, com supervisão do Prof.-Dr. Francisco Sierra Caballero e com bolsa do Programa de Estágio de Pós-Doutorado no Exterior, da Pró-Reitoria de Pesquisa da Unesp, em convênio com a Fundação Banespa/Santander.

pcampos@faac.unesp.br

## ABSTRACT

---

Our society is aging. Increasingly this fact is being portrayed by the media. Universities must ensure that future journalists become sensitive to the relevance of this social phenomenon. One way to do this would be to instruct them on techniques of empowerment and participation (training of Social Capital) through the use of new Information and Communication Technologies (TIC). By fulfilling their obligations as active citizens, through their work or through voluntary work, journalists can also help provide support for the demands of elderly people, protecting acquired rights and managing newly acquired rights, by demanding more respect and dignity from the mass media, rejecting discrimination and speaking out when the rights of elderly people are threatened. But how can this be done? What can we do to prevent authorities from blaming the elderly for the growing deficit of the public retirement system or for increasing health care-related expenses? And why is the elderly community, with their power and influence, letting politicians and the media get away with their “oppressive actions” without any reaction? This article seeks to investigate these questions.

**Keywords:** Empowerment, social participation, sociability, Information and Communication Technologies (TICs).

## INTRODUÇÃO

---

A exemplo dos estudos ambientais, a área da Gerontologia é amplamente interdisciplinar. São inúmeras as abordagens possíveis quando tratamos das questões relacionadas com o envelhecimento demográfico, que é uma característica do nosso tempo e que provoca tantas mudanças na sociedade, por isso mesmo exigindo a contribuição acadêmica em diversas áreas do saber. Aqui tratamos de relacionar a problemática do idoso com os meios de comunicação. Para tanto, buscamos uma teoria da área sociológica – o “empoderamento” – para refletir sobre o papel que os meios de comunicação têm diante do fenômeno do envelhecimento demográfico. É um papel, sobretudo, de, primeiramente, reconhecer o fenômeno, estudando-o, pautando-o, aprofundando-se sobre ele. Depois,

trata-se de buscar a linguagem adequada que situe a pessoa idosa como sujeito e não como objeto da história. Trata-se, também, de dar voz ao idoso, de falar a partir dele e não apenas para ele. Todo esse esforço – que deveria começar já na conscientização dos jovens comunicadores nos bancos universitários – ajudará, de algum modo, a evitar ou reduzir o conflito geracional que a Sociologia projeta para um futuro próximo num cenário de muitos idosos que já cumpriram sua jornada de trabalho formal e, em contrapartida, de uma parcela cada vez menor de pessoas formalmente integradas ao mundo do trabalho, o qual também vem sofrendo profundas alterações diante das novas tecnologias que acabam gerando o desemprego estrutural.

Para reduzir o preconceito social contra as pessoas idosas – injustamente acusadas de improdutivas e de serem um peso para o Estado e para a sociedade –, os gestores de mídia podem ser convidados, por exemplo, a refletir sobre o potencial de consumo de horas-mídia representado pelos idosos. Por terem mais tempo, são eles os maiores leitores de meios impressos, os que mais assistem aos programas de televisão, os que mais acompanham o rádio e já estão cada vez mais presentes na internet. Em alguns países, os idosos já se organizam com o apoio de entidades não governamentais, lutando pela preservação de seus direitos, conquistando novos direitos, inclusive procurando votar – no período eleitoral – naqueles políticos sérios que assumem compromissos em defesa dos direitos dos idosos.

Esse é um trabalho de organização da Terceira Idade como protagonista da história; um protagonismo que levanta uma voz forte toda vez que os idosos são discriminados, violentados, desrespeitados, roubados, ignorados – dentro ou fora de casa – e que pode ser fortalecido por meio das técnicas de “empoderamento” e com o apoio dos meios de comunicação, como veremos a seguir.

O empoderamento é visto como um processo de construção social que relaciona forças individuais e capacidades (competências), sistemas naturais de ajuda e condutas pró-ativas com assuntos de mudança social e política social (ZIMMERMAN, 2000; ZIMMERMAN e RAPPORT, 1998), e que se desenvolve em três níveis: *individual, organizacional e comunitário*.

---

O EMPODERAMENTO É VISTO COMO UM PROCESSO DE CONSTRUÇÃO SOCIAL QUE RELACIONA FORÇAS INDIVIDUAIS E CAPACIDADES (COMPETÊNCIAS), SISTEMAS NATURAIS DE AJUDA E CONDUTAS PRÓ-ATIVAS COM ASSUNTOS DE MUDANÇA SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL.

---

---

MAS A COMUNICAÇÃO EM SI NÃO  
É CAPAZ DE MUDAR A REALIDADE.  
A MUDANÇA SÓ OCORRE A PARTIR  
DA MOTIVAÇÃO INDIVIDUAL. A  
COMUNICAÇÃO PODE REFORÇAR AS  
TÉCNICAS DE EMPODERAMENTO DO  
GRUPO SOCIAL.

---

Em nível individual, os processos de empoderamento podem ser alcançados por meio da participação em organizações ou atividades comunitárias, integrando grupos de trabalho, aprendendo novas tarefas, desenvolvendo novos potenciais, etc. O próprio fato de trabalhar em equipe, perseguindo metas comuns, já pode ter um potencial empoderador, do ponto de vista disciplinar. Esse processo pode ser ativado por animadores externos, como agentes sociais, ONGs, mentores, líderes de grupo, professores, etc., que atuam com o fim de prover oportunidades para as pessoas exercerem controle sobre suas vidas, podendo elas mesmas formarem novos grupos empoderadores, num processo solidário e continuado de formação cidadã. Esse processo sofre influências diretas (positivas ou negativas) do contexto social, isto é, do entorno ecológico no qual se desenvolve. Naturalmente, no ambiente favorável, em que a sociedade, o Poder Público, as entidades organizadas, etc. estão voltadas para a inclusão social, o processo de empoderamento prosperará de modo mais eficaz.

Ao tratar do nível organizacional do empoderamento, Zimmerman (2000) destaca a importância de se desenvolver a noção de “pertencimento”, de “sentir-se parte do grupo”, de “ser equipe”, pois é essa noção de pertença que legitima e fortalece o grupo. Aqui sobressai o papel da comunicação como agregadora dos sujeitos sociais, ajudando a criar um ambiente favorável em busca das metas propostas. O comunicador precisa estar consciente de que sua atuação é fundamental na coesão interna do grupo e na busca pelos apoios de que ele precisa para ter visibilidade e resultados. Trata-se, portanto, de fortalecer a organização como um todo, no marco teórico da teoria de difusão de informações que estabelece: “Um adequado fluxo de informação e uso apropriado dos meios de comunicação de massa podem contribuir para mudar os hábitos dos indivíduos”. Mas a comunicação em si não é capaz de mudar a realidade. A mudança só ocorre a partir da motivação individual. A comunicação pode reforçar as técnicas de empoderamento do grupo social. Em muitas situações, isso significa colocar em marcha processos de liderança compartilhada, processos de capacitação de membros em função dos objetivos da organização, processos de tomada de decisões, sistemas de distribuição de funções e responsabilidades conforme a capacidade de cada um, criação de mecanismos de intercâmbio de informações e recur-

sos, um modelo ou estilo de gestão adequada em função do crescimento e desenvolvimento da organização. Naturalmente nada disso é atingível se todo o grupo não estiver imbuído dos mesmos objetivos, se não for solidário, se não houver respeito, confiança e tolerância.

O nível comunitário do empoderamento resulta dos dois níveis anteriormente mencionados. Quando se conta com indivíduos interiormente empoderados e organizações voltadas para o empoderamento, então se pode falar em comunidades empoderadas que defendem os seus direitos, que se interessam pelo bem coletivo, que se solidarizam com o semelhante, que lutam pela inclusão social com o fim de empoderar outros grupos, que têm visão crítica sobre as injustiças sociais e econômicas em nível local e mundial, que respeitam o meio ambiente, etc. Speer e Hughey (1995) observam que o empoderamento no nível comunitário implica o desenvolvimento de redes intersetoriais de organizações e instituições da comunidade local. Essa cooperação, mediante a troca de informação e experiência, levando em conta todos os agentes dentro do enfoque ecológico, é determinante para o bem-estar de toda a comunidade, na mesma medida em que a participação individual é que vai enriquecer e fortalecer as organizações empoderadoras. A intenção é evidenciar o caráter eminentemente sistêmico do processo de empoderamento. Nem mesmo o professor, o líder de grupo, o mentor poderá estar só, na sua tarefa de empoderar. Paulo Freire lembra que ninguém ensina ninguém, pois o processo de aprender é recíproco. Assim, na comunidade empoderada também haverá uma acentuada noção de democracia interna, de horizontalidade de mando, de modo tal que todos possam ser ouvidos com respeito. Essa inter-relação das pessoas no grupo, do grupo na comunidade, da comunidade no sistema-mundo nos conduz a outro modo de ver o nosso mundo e o mundo em si, num processo ecológico em que estamos todos integrados entre nós mesmos e com a natureza da qual somos parte indissociável e da qual dependemos para viver. No futuro mundo de comunidades empoderadas, isto é, de comunidades que participam igualmente do banquete da vida, sem exclusões, não haverá lugar para a violência e a guerra. A comunicação é central nesse processo de conscientização política e cidadã. Com efeito, a hipótese inicial da teoria difusionista diz que

---

NO FUTURO MUNDO DE  
COMUNIDADES EMPODERADAS,  
ISTO É, DE COMUNIDADES QUE  
PARTICIPAM IGUALITARIAMENTE  
DO BANQUETE DA VIDA, SEM  
EXCLUSÕES, NÃO HAVERÁ LUGAR  
PARA A VIOLÊNCIA E A GUERRA.  
A COMUNICAÇÃO É CENTRAL NESSE  
PROCESSO DE CONSCIENTIZAÇÃO  
POLÍTICA E CIDADÃ.

---

“a combinação de meios de comunicação de massa e estratégias de comunicação interpessoal (caráter sistêmico) pode favorecer a mobilização individual para a adoção de novos meios de produção por meio de um processo de abertura, interesse, avaliação e adoção de tecnologia”.

Retornando a Zimmerman, dos três níveis apontados emerge um questionamento: o que é mais importante, o empoderamento individual, organizacional ou comunitário? Os psicólogos transpessoais, entre eles Ken Wilbur, Michael Washburn, Stanislav Grof (citados por CAPRA, 1988), assinalam que a transformação interna resultante do empoderamento individual está muito ligada a um espírito de comunidade, de solidariedade humana. À medida que a pessoa passa a se conhecer, a aceitar-se e a amar-se a si mesma, ela começa a aceitar e amar o outro, uma vez que pode ver a si mesma no outro. Assim, o empoderamento individual promove a solidariedade, uma autodefinição pessoal baseada no sentido de pertencimento a uma comunidade maior, universal, cósmica e não como indivíduo egoisticamente isolado.

---

... O EMPODERAMENTO INDIVIDUAL  
PROMOVE A SOLIDARIEDADE, UMA  
AUTODEFINIÇÃO PESSOAL BASEADA  
NO SENTIDO DE PERTENCIMENTO  
A UMA COMUNIDADE MAIOR,  
UNIVERSAL, CÓSMICA E NÃO  
COMO INDIVÍDUO EGOISTICAMENTE  
ISOLADO.

---

No empoderamento de nível transpessoal, pelo fortalecimento interno do sujeito, há uma sensação automática de solidariedade com todos os viventes, um sentido de compaixão pelo excluído, acompanhado pelo deslocamento da mentalidade temerosa e avara do “eu primeiro”, que é norma do capitalismo, a uma mentalidade de maior plenitude (“viver e deixar viver”), uma confiança de que “já tenho o suficiente”.

Esse ponto de vista da psicologia transcendental e dos sociólogos transpessoais sobre empoderamento está muito próximo dos pontos de vista de muitas tradições espirituais do mundo antigo.

Segundo McLaughlin e Davidson (1994), “o empoderamento baseado na transformação interior motiva a pessoa a melhorar não só sua própria vida, mas também a vida dos demais”, ao passo que Lape e DuBois (1984) afirmam que

“o empoderamento individual se manifesta na conscientização e participação política – um sentido de militância baseado não em um pequeno interesse pessoal, tampouco em sentir-se vítima, nem em lançar a culpa nos demais, mas no sentido maior de comunidade e responsabilidade. Com a participação, crescem as habilidades políticas”.

A teoria do empoderamento ensina que todos e cada um têm poder de transformação, de superação. O empoderamento transforma-nos em

sujeitos da história, pessoas que transformam seu ambiente ao invés de serem transformadas por ele. O empoderamento individual traz a força de cada um à mesa de negociação por um mundo melhor, por uma vida mais digna. Mas não há jogo sem jogadores. E não basta participar, é preciso se envolver, se comprometer, jogar-se por inteiro.

Assim, é tão importante o empoderamento individual quanto o organizacional e o comunitário, mas nada se consegue se as pessoas não se dispuserem a colaborar, disciplinadamente, pois não se trata de um bem que se pode dar, mas sim de um processo induzido, amplo e vagaroso, no qual as próprias pessoas participantes são protagonistas por meio de seus esforços individuais e coletivos. Por isso é importante que o processo seja organizado horizontalmente, pela própria sociedade, atuando diretamente junto com os grupos e segmentos envolvidos de modo que alcancem seus objetivos com a união do grupo e não com poderes outorgados por outros, quase sempre com segundas intenções, para tirar proveito político, etc.

Granovetter (1985), Bourdieu (1989), Evans (1996), Durston (2000) e Romano e Antunes (2002) concordam que o empoderamento envolve *autoconfiança* (para fugir da apatia, ser atuante, acreditar na causa, alimentar o otimismo); *capacidade crítica* (para perceber, no entorno, quais são os problemas a serem analisados e superados); *participação* (reunir-se, dialogar, agir, manifestar-se); *organização* (estudar, aprender, abrir-se ao novo conhecimento, às novas tecnologias, doar-se ao coletivo); *solidariedade* (no sentido de generosidade, alteridade, aceitação das diferenças); e *capital social* (constituir-se como ser pensante e crítico para conduzir sem ser conduzido).

---

O EMPODERAMENTO É CAPAZ DE ELEVAR O NÍVEL DE “CAPITAL SOCIAL”, OU DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NA SOCIEDADE CIVIL, DE UM GRUPO OU DE UMA COMUNIDADE.

---

## Capital social

O empoderamento é capaz de elevar o nível de “capital social”, ou de participação cidadã na Sociedade Civil, de um grupo ou de uma comunidade. Para Pierre Bourdieu (1983, p. 249),

“capital social é a agregação de recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento mútuo e de *reconhecimento*” (grifo nosso).

---

PAULO FREIRE INSISTE QUE SÓ O RECONHECIMENTO TRAZ O CONHECIMENTO, SÓ A ATITUDE HUMILDE DIANTE DO SABER PODE CONDUZIR AO SABER EM SI, UM CONCEITO VALIOSÍSSIMO PARA O JORNALISTA INTERESSADO EM CONFERIR EXAUSTIVAMENTE A INFORMAÇÃO RECEBIDA ANTES DE PUBLICÁ-LA, NO MARCO DA ÉTICA QUE A PROFISSÃO REQUER E EXIGE.

---

Distingue três formas de CS: econômico, cultural e social, chamando atenção para a desigualdade de acesso aos recursos. Para Bourdieu as novas tecnologias acabam favorecendo sempre mais as elites que são, naturalmente, contrárias à formação de capital social nas democracias abertas onde existe, por exemplo, liberdade de expressão.

A observação de Bourdieu põe em destaque o papel do ativismo político em favor das classes excluídas, cabendo ao jornalismo socialmente comprometido dar voz a esses setores e colaborar com o seu empoderamento. Também Paulo Freire insiste que só o reconhecimento traz o conhecimento, só a atitude humilde diante do saber pode conduzir ao saber em si, um conceito valiosíssimo para o jornalista interessado em conferir exaustivamente a informação recebida antes de publicá-la, no marco da ética que a profissão requer e exige.

Em Coleman's (1994, p. 302) aprendemos que

“o capital social é definido por sua função. Não é uma entidade única, mas uma variedade de diferentes entidades, com duas características em comum: todas elas consistem em algum aspecto de uma estrutura social e facilitam certas ações de indivíduos que se encontram dentro da estrutura”.

Coleman's acha que a formação de capital social, embora favorecendo as elites como ensina Bourdieu, também está acessível às comunidades carentes e aos grupos excluídos da sociedade, desde que venha a contar com motivação e apoio neste sentido. Novamente se vê aqui a importância da comunicação quando ela se coloca a serviço da sociedade e não apenas de grupos políticos, ideológicos ou de governos. A pesquisa de Coleman's realça, igualmente, o papel da família, das relações de parentesco e das instituições religiosas na formação de capital social.

Para os pesquisadores do Banco Mundial, quando falamos em CS estamos nos referindo às instituições, relações e normas que definem a qualidade e a quantidade de interações sociais em uma comunidade. O CS não é apenas a soma das instituições que constituem elementos essenciais de uma sociedade, é a “liga”, a “cola” que cimenta essas relações, que as mantêm unidas e coesas.

Entre os estudos mais citados, nos últimos anos, sobre CS está o de Robert Putnam (1941), que, a partir das teorizações de Coleman's e

Bourdieu, mapeou os níveis de participação cívica nos Estados Unidos e constatou acentuado declínio nas últimas três décadas do milênio. Sua pesquisa foi publicada no livro *Bowling alone*, em 2000. Esta é sua definição de CS: “Considerando que o capital físico se refere a objetos físicos e no capital humano refere-se às propriedades dos indivíduos, o capital social refere-se às ligações entre os indivíduos, às redes sociais e às normas de confiança e reciprocidade que surgem a partir dessas ligações. Neste sentido o capital social está intimamente relacionado com o que alguns têm chamado de ‘virtude cívica’. A diferença é que o capital social é mais poderoso quando incorporado em um sentido de rede de reciprocidade das relações sociais. A sociedade de indivíduos isolados, embora muito virtuosos, não é, necessariamente, rica em capital social (PUTNAM, 2000, p. 19).

Putnam constatou uma diminuição significativa na quantidade de americanos que participam de organizações religiosas, atividades cívicas, recreativas, clubes e outras iniciativas coletivas (como jogar vôlei), com um correspondente aumento de atividades individualizadas (principalmente ver televisão). Em sua pesquisa, os indicadores de conhecimento político, confiança na classe política, ativismo político e atuação em bases populares estão todos para baixo. Os americanos estão assinando 30% menos petições e revelam 40% menos disposição de participar de um boicote de consumidores em comparação com uma ou duas décadas atrás. Em meados da década de 1970 o americano médio frequentava clubes todos os meses. Em 1998 essa participação havia caído quase 60%. Em 1975 as reuniões com amigos chegavam a 15 encontros por ano, em 1998 caíram pela metade. O trabalho observou, igualmente, que, embora os americanos se revelem mais tolerantes uns com os outros em relação a gerações passadas, eles confiam menos uns nos outros. Os dados revelam esse crescimento da desconfiança mútua, da desonestidade. Há mais reclamações à polícia e aos tribunais, o que provocou a elevação do número de advogados, policiais e pessoal de segurança, lembrando o pesquisador que durante a maior parte do século tais atividades estavam estagnadas, a ponto de a América ter menos advogados *per capita* em 1970 do que tinha em 1900. A conclusão de Putnam é que isso enfraqueceu o capital social do país. Dessa forma, poderosos meios de comunicação, como a TV ou a internet, em vez de contribuírem para o empoderamento das pessoas e dos grupos sociais, estariam atuando em sentido contrário.

Nem todos os estudiosos concordam com a teoria de Putnam. Não se poderia atribuir à televisão o papel de mudar totalmente a sociedade, ainda que pesem as críticas gerais contra o conteúdo da programação de TV mais voltado para o espetáculo e a força da imagem. Theda Skocpol (2003), ao criticar o trabalho de Putnam, observa que as alterações mais significativas na sociedade atual se referem à mudança da forma associativa de vida. Ela questiona o excesso de ênfase no trabalho de Putnam e outros sobre o funcionamento dos grupos locais e das associações.

“O voluntariado cívico nunca foi predominantemente local nos Estados Unidos e nunca se desenvolveu para além do governo nacional e da política. Os teóricos do capital social têm a tendência de analisar todas as formas de participação de uma só vez” (SKOCPOL, 2003, p. 12).

Ela sugere que uma confluência de tendências e eventos gerou uma mudança de adesão à mobilização geral em forma de organizações cívicas.

Segundo ela, depois de 1960, época de mudanças nos ideais raciais e de gênero, um novo tipo de relacionamento empurrou as lideranças dos públicos masculino e feminino para novas direções. Novas oportunidades e desafios políticos atraíram recursos e ativistas cívicos em direção aos *lobbies* centralizados. As novas tecnologias e fontes de apoio financeiro permitiram a constituição de novos modelos de associativismo. Finalmente, mudanças na estrutura e nas classes elitistas americanas criaram um círculo mais amplo para organizações profissionalmente geridas. Agora os americanos mais privilegiados podem se organizar virtualmente (SKOCPOL, 2003, p. 178).

Outra contribuição significativa ao trabalho de Putnam veio de Ann Bookman (2004). Ela acha que não se pode falar em capital social, hoje, sem levar em conta o papel da mulher na sociedade, a qual teria um capital social “acumulado” ao desempenhar duplas jornadas como profissional e mãe de família. Novas formas de CS estão se desenvolvendo, entre famílias que trabalham em ambientes urbanos e suburbanos (como no caso dos cuidadores de crianças e idosos, os empregados domésticos, etc.).

De todo modo o trabalho de Putnam deixa claro que a formação de capital social traz inúmeras vantagens. Ele cita, por exemplo, o desenvolvimento das crianças, por meio do melhor aproveitamento escolar

---

NOVAS OPORTUNIDADES E DESAFIOS  
POLÍTICOS ATRAÍRAM RECURSOS  
E ATIVISTAS CÍVICOS EM DIREÇÃO  
AOS *LOBBIES* CENTRALIZADOS. AS  
NOVAS TECNOLOGIAS E FONTES DE  
APOIO FINANCEIRO PERMITIRAM A  
CONSTITUIÇÃO DE NOVOS MODELOS  
DE ASSOCIATIVISMO.

---

e, conseqüentemente, do comportamento e desenvolvimento futuro, quando a família dá ao acompanhamento da formação escolar o destaque que ele merece. Mostra que é perceptível a redução no índice de criminalidade nas comunidades onde os jovens estão interligados por redes de amigos e participam de atividades comuns. Diz que o CS pode ajudar a atenuar os efeitos insidiosos da desvantagem socioeconômica, quando uma nação, uma sociedade ou mesmo um grupamento de pessoas, ou de empresas, se organizam para formar capital social por meio do florescimento de redes sociais, mediante técnicas de empoderamento. Ele também vê uma relação entre CS e boa saúde, ao observar que cai pela metade o risco de morte entre pessoas que vivem em grupo com relação a pessoas que vivem isoladas, solitárias. No grupo, a pessoa acaba sendo ajudada a desenvolver hábitos mais saudáveis, como deixar de fumar, fazer exercícios, sair de casa, alimentar-se melhor, cuidar dos medicamentos, etc. Para ele, a assiduidade a um clube, a participação em trabalhos voluntários, a recreação, a frequência à igreja equivalem, para a pessoa que antes vivia só, à felicidade de receber um diploma acadêmico ou ter o salário duplicado. Pode-se ter uma vida rica e feliz sem ter riqueza material, ensina.

### **Meios de comunicação**

Este artigo tem o objetivo de relacionar o papel social dos meios de comunicação com sua capacidade de contribuir para o empoderamento e, conseqüentemente, a elevação do capital social nas comunidades. Muito embora as técnicas de formação de capital social sejam aplicáveis a todas as pessoas e grupos sociais, faremos aqui um recorte no segmento de público que mais tem crescido nos últimos tempos e que vai se tornando, cada vez mais, uma pauta de abordagem diária para a imprensa. Trata-se do segmento das pessoas idosas e do fenômeno global do envelhecimento demográfico, tema, aliás, pouco tratado na área acadêmica, o que parece confirmar o modo paternalista e assistencialista como é vista a pessoa idosa na sociedade, como se não tivesse ou não pudesse ter qualquer papel social. Igualmente é importante lembrar

---

IGUALMENTE É IMPORTANTE LEMBRAR QUE O IDOSO É, HOJE, UM CONSUMIDOR URBANO DE NOTÍCIAS E INFORMAÇÕES, AO CONTRÁRIO DE ALGUMAS DÉCADAS ATRÁS, QUANDO AINDA EXISTIAM COMUNIDADES RURAIS E AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO LIMITAVAM-SE PRATICAMENTE AO RÁDIO.

---

que o idoso é, hoje, um consumidor urbano de notícias e informações, ao contrário de algumas décadas atrás, quando ainda existiam comunidades rurais e as tecnologias de informação limitavam-se praticamente ao rádio.

O mundo do século XXI será, em grande parte, urbano. Nos países em desenvolvimento, a população urbana decuplicou em apenas 65 anos, passando de 100 milhões em 1920 a 1 bilhão em fins do século. Considerando o conjunto da humanidade, hoje com 6,5 bilhões de pessoas – onde se inserem os problemas ecológicos e ambientais, inclusive questões prementes como a mudança do clima e o envelhecimento demográfico –, os planejadores levam em conta dados da Organização das Nações Unidas (ONU) segundo os quais a população poderia se estabilizar entre 8 e 14 bilhões de habitantes em algum momento do século XXI. É importante registrar que 90% desse crescimento populacional ocorrerá nos países mais pobres, conforme o documento da ONU “Nosso Futuro Comum”. Isso significa que os países mais desenvolvidos também terão as populações mais idosas do mundo. De fato isso já vem ocorrendo. Até meados do século XVIII, a esperança de vida nos países europeus rondava os 30 anos. No ano 2000 era de 77 anos e está subindo (SEMPERE e RIECHMENN, 2000, p. 191). No Japão atual é de 85 anos. Em 2050 dois em cada cinco japoneses terão mais de 65 anos, somando-se a uma população superior a dois bilhões de idosos em todo o mundo, segundo projeções da ONU. O gráfico a seguir dá uma ideia da situação. É possível, observar, por exemplo, que, apesar de a longevidade estar crescendo também nos países pobres, a sobrevida segue elevada proporcionalmente à qualidade de vida do país onde vive o idoso. Assim, na faixa superior a 80 anos, os percentuais de sobrevida vão se reduzindo drasticamente nas regiões mais pobres, se comparadas com as regiões mais ricas do planeta. Ao passo que na Alemanha (15,3%) e no Japão (15,2%) a Quarta Idade mantém representação expressiva na população, em outros países como Índia (3,3%), México (2,4%) e Nigéria (0,7%) esse segmento é cada vez menor.

## PAISES COM MAYOR ENVEJECIMIENTO, 2000-2050

	Población de 65 y más años				Población de 80 y más años				
	2000		2050		2000		2050		
	número (miles)	%	número (miles)	%	número (miles)	%	número (miles)	%	
Italia	10.525	18,2	18.090	35,5	Reino Unido	2.390	4,1	5.885	8,8
Japón	21.862	17,2	40.269	35,9	Italia	2.309	4,0	7.756	15,2
España	6.797	16,7	14.504	34,1	Francia	2.341	3,9	6.863	10,9
Alemania	13.483	16,4	22.376	28,4	Japón	4.812	3,8	17.159	15,3
Francia	9.669	16,3	17.114	27,1	Alemania	2.859	3,5	9.585	12,2
Reino Unido	9.306	15,9	15.558	23,2	España	1.413	3,5	5.213	12,3
Ucrania	6.863	14,0	7.689	29,1	EEUU	9.138	3,2	28.725	7,3
Rusia	18.081	12,3	25.747	23,0	Ucrania	1.107	2,3	2.075	7,9
EEUU	35.078	12,3	81.547	20,6	Rusia	2.935	2,0	6.588	5,9
China	87.228	6,8	329.103	23,6	Brasil	1.624	0,9	13.989	5,5
Vietnam	4.251	5,4	21.712	18,6	China	11.373	0,9	100.551	7,2
Brasil	9.457	5,4	48.693	19,2	México	854	0,9	8.002	5,8
Indonesia	10.236	4,9	49.670	17,4	Vietnam	671	0,9	5.082	4,4
India	50.054	4,9	236.513	14,8	India	6.761	0,7	52.915	3,3
México	4.759	4,8	29.371	21,1	Egipto	320	0,5	3.077	2,4
Egipto	3.027	4,5	16.727	13,3	Indonesia	1.092	0,5	9.492	3,3
Paquistán	5.261	3,7	31.119	10,2	Paquistán	652	0,5	5.651	1,9
Bangladesh	4.370	3,4	28.240	11,6	Bangladesh	479	0,4	4.595	1,9
Nigeria	3.495	3,0	14.726	5,7	Nigeria	359	0,3	1.910	0,7

Fonte: World population prospects: the 2004 revision, ONU, consulta em junho/2006.

Perante esses dados, parece correto supor que os meios de comunicação, notadamente os Novos Meios de Informação e Comunicação (Nomic), sem abrir mão dos meios tradicionais, têm muito a contribuir nessa tarefa de dar visibilidade social aos grupos excluídos, neste caso ao segmento dos idosos, sempre que estivermos falando de um jornalismo socialmente comprometido.

---

É CURIOSO OBSERVAR QUE, MUITAS VEZES, NA BUSCA DESENFREADA DO LUCRO, O CAPITALISMO ACABA FLANQUEANDO ALGUNS ESPAÇOS QUE A SOCIEDADE ORGANIZADA PODE EXPLORAR.

---

É curioso observar que, muitas vezes, na busca desenfreada do lucro, o capitalismo acaba flanqueando alguns espaços que a sociedade organizada pode explorar. Um exemplo claro é o apoio que a Comissão Europeia vem dando ao desenvolvimento de novos produtos midiáticos na área das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs). Desde 2007 até 2013 a União Europeia e os EUA, junto com o setor privado, investirão mais de um bilhão de euros em pesquisa e inovação dentro do programa “Envelhecer bem na Sociedade da Informação”. Apesar dos objetivos econômicos,

o programa está organizado em normativas que podem contribuir com a inclusão social, tais como: 1. uma Sociedade da Informação aberta a todos (IP/05/643); 2. uma Sociedade da Informação aberta ao crescimento e ao emprego (IP/05/643); 3. Acessibilidade Eletrônica (IP/05/1144); 4. uma agenda política de inclusão digital, conforme acordado em 2006 pelos Estados-membros reunidos em Riga (IP/06/769).

Da verba total, 600 milhões de euros são destinados ao programa “Vida Cotidiana Assistida pela Comunidade”, 400 milhões de euros destinam-se ao recente Programa Marco de Pesquisa da União Europeia (IP/06/1590) e 30 milhões foram aplicados em 2007 no Programa de Apoio à Política em matéria de TIC (IP/06/716). O objetivo, segundo o site da UE, é

“criar uma sólida base industrial na Europa para as Tecnologias da Informação e da Comunicação e o envelhecimento. A própria Europa poderia converter-se em um mercado referencial das TICs para um envelhecimento melhor. Posto que o envelhecimento é um fenômeno mundial, uma indústria europeia forte significaria oportunidade em todo o mundo”.

Ao lançar o plano em junho de 2007 em Bruxelas, a comissária europeia de Sociedade da Informação e Meios de Comunicação, Viviane Reding, disse que “as Tecnologias de Informação e Comunicação proporcionarão novos produtos e serviços mais acessíveis que respondam às necessidades de nossos idosos”, lembrando que a pesquisa voltada para o desenvolvimento de aplicações mais práticas e simples, de mais fácil compreensão e utilização, tem um âmbito de aplicação muito mais amplo.

Dessa forma, atraindo os empresários para o negócio, a Comissão Europeia contribui, de modo substancial, para chamar a atenção da sociedade para o fenômeno do envelhecimento demográfico, que, do ponto

de vista ecológico, é tão importante quanto a mudança do clima e, no entanto, não vem sendo tratado com a devida seriedade, uma vez que parece estranho falar de “envelhecimento” na Sociedade do Conhecimento permeada por bens simbólicos que remetem a um mundo freneticamente *high tech*, sem tempo ou sem espaço para reflexões. Resulta claro, todavia, que os investimentos em TICs também podem ser canalizados para o empoderamento de pessoas e grupos sociais visando à elevação do capital social, mesmo que não seja esta a intenção primeira da elite econômica que centraliza os meios de comunicação. O documento da União Europeia reconhece que a maioria dos idosos ainda não se beneficia das vantagens da era digital, por exemplo, e que só 10% deles, na Europa, utilizam a internet. O programa da UE defende “comunicações de baixo custo e serviços *on-line* especialmente dirigidos aos idosos”, o que poderia aliviar suas limitações de locomoção, além de poder gerar até mesmo um mercado virtual para o trabalho do idoso no lar. Conforme o documento,

“os graves problemas de visão, audição ou destreza frustram com frequência os intentos de 21% das pessoas de mais de 50 anos que tentam integrar-se na Sociedade da Informação”.

Trata-se de uma situação que realmente demanda algum tipo de atenção – não só na Europa, mas em todo o mundo – pois, conforme os levantamentos que deram origem ao programa da UE para envelhecer bem,

“em 2020, 25% dos cidadãos da União Europeia terão mais de 65 anos. Calcula-se que o gasto com pensões, assistência à saúde e cuidados de longa duração aumentarão de 4% a 8% do Produto Interno Bruto-PIB, nos próximos decênios e em 2050 o gasto total triplicará”.

O objetivo do programa de apoio às TICs é a formatação de programas, inclusive na área da Comunicação, que ajudarão cada vez mais as pessoas idosas a prolongar sua vida ativa e produtiva, a continuar participando da sociedade com serviços *on-line* mais acessíveis e a desfrutar durante mais tempo melhor qualidade de vida e melhor saúde. É necessário lembrar, ainda de acordo com o documento, que “os europeus mais idosos são também importantes consumidores, possuindo bens que superam os três bilhões de euros”. O mesmo ocorre nos Estados Unidos, onde a maior parte da economia americana está sob controle de pessoas

---

O DOCUMENTO DA UNIÃO EUROPEIA RECONHECE QUE A MAIORIA DOS IDOSOS AINDA NÃO SE BENEFICIA DAS VANTAGENS DA ERA DIGITAL, POR EXEMPLO, E QUE SÓ 10% DELES, NA EUROPA, UTILIZAM A INTERNET.

---

com mais de 75 anos. E nos Estados Unidos os idosos estão se organizando em força eleitoral e já são maioria no Congresso, comprometendo-se a votar projetos que beneficiem diretamente esse segmento da população (THUROW, 1997).

O Plano de Ação que integra o Programa da UE “Envelhecer bem na Sociedade da Informação” pretende

“aumentar a sensibilização e criar consenso por meio da cooperação dos interessados, incluindo um portal de internet sobre melhores práticas; acelerar a aceitação das novas tecnologias por intermédio, por exemplo, de um conjunto de projetos piloto e de um sistema de prêmios europeus para lares inteligentes e para aplicações que favoreçam uma vida independente; impulsionar a pesquisa e a inovação, apoiando o surgimento de produtos, serviços e sistemas inovadores baseados nas TICs, destinados aos idosos europeus, cada vez mais numerosos”.

Todos esses dados revelam que os meios de comunicação, em todo o mundo, precisam se voltar, com atenção, para este segmento de público que se faz cada vez mais importante entre os consumidores de informação. A grande pergunta é se os jovens atualmente empenhados na formação acadêmica para o futuro desempenho do jornalismo estão sendo conscientizados, preparados, sensibilizados para o cumprimento dessa nova pauta. Afinal, o envelhecimento não pode ser visto como um “modismo”, um fenômeno “de momento”. A opção, para todas as pessoas, incluindo os jovens, não é escolher entre “sim” ou “não” nesta questão. Portanto, o jovem que hoje convive com a presença do idoso na própria família, ao frequentar a casa dos amigos, no ambiente de estudos, no comércio, nas ruas, nos meios de comunicação, nas manifestações de todo tipo sabem que isto se tornará cada vez mais frequente, como indicam as estatísticas, e sabe também que este será o seu mundo futuro. A característica das questões eminentemente sistêmicas como esta é que todos estão imbricados, de um modo ou de outro, na complexidade do mundo, daí a importância ecológica do problema. Se não temos a opção de “não envelhecer” só nos resta a opção de “envelhecer bem”. Por isso a questão do idoso deve ser tratada, em nível de comunicação, não com pieguice, paternalismo ou comiseração, mas com a dignidade e o respeito que o fato merece. Assim, não se deve tolerar qualquer tipo de discriminação dos meios de comunicação ou da sociedade em relação

aos idosos. O Brasil inova nessa matéria com a criação do Estatuto do Idoso, que protege os direitos da pessoa idosa e pune a discriminação. Mas ainda não há, no país, uma cultura de respeito aos “maiores”, para usar o carinhoso termo espanhol, como ocorre em países orientais, caso do Japão e da Índia, por exemplo. Tanto assim que o próprio Estatuto cobra dos empresários de mídia um espaço próprio para a Terceira Idade, mas isso é, praticamente, ignorado.

Do mesmo modo que a preparação dos futuros jornalistas para lidar com temas ambientais ainda é precária no Brasil, pois só algumas universidades adotam essa questão como matéria disciplinar nos cursos de Comunicação, também é escassa e quase inexistente a preocupação em preparar os comunicadores para a pauta do envelhecimento demográfico. Mas alguma coisa já está surgindo e um exemplo é o caso das universidades abertas à Terceira Idade, que podem ser um instrumento de aplicação da **teoria do empoderamento** ou do **capital social** na medida em que preparam o idoso para uma vida social ativa e plena.

## Conclusões

Vimos neste artigo que as técnicas de empoderamento podem contribuir significativamente para a inclusão dos indivíduos e dos grupos sociais. Também vimos que o empoderamento faz crescer o nível de capital social da comunidade, levando a uma participação cidadã mais efetiva. Consideramos que os meios de comunicação têm importante contribuição a dar a este respeito e registramos a possibilidade de se produzir empoderamento a partir dos investimentos nas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Finalmente apontamos o caso das universidades abertas à Terceira Idade, as quais são exemplo prático de aplicação das técnicas de empoderamento que merecem mais cobertura da mídia. O que queremos chamar atenção, entretanto, é para o pouco destaque que os meios de comunicação dão à questão do envelhecimento demográfico e para a falta de interesse dos cursos de Comunicação Social em preparar os futuros jornalistas em temáticas de cunho ambiental e de ecologia humana, como no caso da visibilidade dos idosos na sociedade, por meio da mídia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

- AMANCIO, G.; ROMANO, J. O. *Capital social e empoderamento*. Contribuições metodológicas da abordagem reflect-action para o desenvolvimento de uma comunidade da Zona da Mata norte-pernambucana-Brasil. Disponível em: <www.alasru.org>.
- BOURDIEU, Pierre. Formas de capitais. In: RICHARDS, J. C. (Org.). *Handbook de teoria e pesquisa de Sociologia da Educação*. Nova York: Greenwood Press, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa/Rio: Difel/Bertrand Brasil, 1989.
- BOOKMAN, A. *Starting in our own backyards*. How working families can build community and survive the new economy. Nova York: Routledge, 2004.
- CAPRA, F. *Uncommon wisdom: conversations with remarkable people*. New York: Simon and Schuster, 1988.
- COLEMAN'S, J.C. Capital social na criação de capital humano. *American Journal of Sociology*, 94: S95-S120, 1988.
- COLEMAN'S, J.C. *Foundations of social theory*. Cambridge: Mass/Harvard University Press, 1994.
- DURSTON, J. *Qué es el capital social comunitario?*. Santiago de Chile: CEPAL – Série Políticas Sociales, 2000.
- EVANS, P. *Government Action Social Capital and Development*. Vol. 24, n. 6, 1996.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1980.
- GRANOVETTER, M. *Economic action and the social structure: the problem of embeddedness*. 1985.
- LAPE, F.M., DUBOIS, P. *Quickening of America: Rebuilding our Nation Remaking our Lives*. San Francisco: Jossey-Bass, 1994.
- MCLAUGHLIN, C.; DAVIDSON, G. *Spiritual politics: changing the world from the inside out*. Nova York: Ballantine, 1994.
- PUTNAM, R. D. *Making democracy work*. Civic traditions modern in Italy. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1993.
- PUTNAM, R. D. Bowling alone: America's declining social capital. *Journal of Democracy*, 6:1, p. 65-78, jan. 1995.
- PUTNAM, R. D. *Bowling alone: the collapse and revival of American Community*. Nova York: Simon and Schuster, 2000.
- ROMANO, J. O.; ANTUNES, M. (Org.) *Empoderamento e direitos no combate à pobreza*. Rio de Janeiro: Actionaid, 2002.
- SEMPERE J.; RIECHMENN, J. *Sociologia y medio ambiente*. Madri: Editorial Síntesis, 2000.
- SKOCPOL, T. *Diminished democracy*. Norman, Oklahoma: University of Oklahoma Press, 2003.
- SPEER, P. W.; HUGHEY, J. Community organizing: ecological route to empowerment and power. *American Journal of Community Psychology*, 23 (5), p. 729-764, 1995.
- THUROW, Lester C. *O futuro do capitalismo – Como as forças econômicas moldam o mundo de amanhã*. Trad. de Nivaldo Montingelli Jr. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- ZIMMERMAN, M. A.; RAPPORT, J. Citizen participation, perceived control and psychological empowerment. *American Journal of Community Psychology*, 16, p. 725-750, 1998.
- ZIMMERMAN, M. A. Empowerment theory. In: RAPPORT, J.; SEIDMAN, E. (Eds.). *Handbook of Community Psychology*. Nova York: Kluwer, 2000. p. 43-63.

# O idoso como protagonista social

**JOSÉ STERZA JUSTO<sup>1</sup>**  
**ADRIANO DA SILVA ROZENDO<sup>2</sup>**  
**MARIELE RODRIGUES CORREA<sup>3</sup>**

## RESUMO

---

O envelhecimento da população traz consigo não apenas demandas especiais de serviços públicos e de investimentos. Traz, sobretudo, profundas modificações nas representações da cultura, nas práticas sociais e nas formas e figuras de subjetivação. O Brasil, habituado a se ver sob o signo da jovialidade, começou a se defrontar com as crescentes imagens de idosos, espelhando seu próprio envelhecimento. De país que tinha os jovens como protagonistas principais, passa a ser protagonizado também pelos mais velhos. O cenário social e as histórias que aí se desenrolam passam a contar com esses outros atores nos quais as marcas do tempo se aprofundam, antes completamente destituídos de qualquer palco, visibilidade ou protagonismo social. Este artigo teve como objetivo enfatizar a importância do idoso como protagonista, analisando suas contribuições para a construção da grande narrativa que interliga todos os atores sociais. Para tanto, buscamos mapear a forma como o idoso é tratado e sua participação no cenário social, na legislação e nos Conselhos do Idoso. Contudo, à população idosa, convocada a ser protagonista de sua própria vida, muitas vezes são reservados papéis de personagens secundários.

**Palavras-chave:** protagonismo, participação social, empoderamento, direitos e cidadania.

**1** Doutor em Psicologia Social pela PUC-SP e livre-docente em Psicologia do Desenvolvimento pela Unesp. É docente da graduação e pós-graduação em Psicologia da FCL (Unesp), Assis. Coordenador do projeto Universidade Aberta à Terceira Idade, da Unesp, Campus de Assis, de 2001 a 2008.

justo@assis.unesp.br

**2** Psicólogo, presidente do Conselho Municipal do Idoso da cidade de Assis (SP), membro titular do Conselho Estadual do Idoso de São Paulo, coordenador de grupos de Terceira Idade e mestrando em Psicologia pela Unesp (Assis).

rozendoadriano@aol.com

**3** Psicóloga, mestre e doutoranda em Psicologia pela Unesp (Assis), e coordenadora de grupos de Terceira Idade.

marielecorrea@bol.com.br

## idoso

*adv.* (sXIV cf. FichIVPM) **que tem muitos anos de vida; velho**  
• *Et. idade + -oso, com hapl.; f.hist. sXIV idioso* • *VAR* ver  
*antena de novo* • *ANT* ver sinonímia de *novo*

## protagonista

*adj.* *2g.m* (1615 cf. FNun) 1 HIST. TEAT. diz-se de *o personagem mais*  
*importante* teatro grego clássico, em torno do qual se constrói toda a trama  
*cf. deuteragonista e tritagonista* 4 *fig indivíduo que tem papel de*  
**destaque num acontecimento** • *ETIM gr. protagonístēs, ou 'que*  
*combate na primeira fila; o que desempenha o papel principal em uma peça*  
*teatral; falar em público.*

## protagonizar

v. B 1 *t.d.* interpretar o papel da *personagem principal*  
*Ex.:* <p. *Tiúlo Agreste*, de Jorge Amado> <p. *um filme, uma peça de teatro*> 2  
*t.d.* **ser o agente principal de um ato, um acontecimento.**

26 a 28 novembro 2008  
SESC Santo André

SESCSP

## ABSTRACT

---

The ageing of the world population not only creates demands for special public policies and investments, but also causes deep changes in cultural representations, social practices and subjectivity forms and figures. Accustomed to identify themselves as a youthful people, Brazilians are increasingly being exposed to images of elderly people as a result of the aging of the Brazilian population. In the past, Brazil's main protagonists were young people. Today, elderly people have become co-protagonists of a new culture. Elderly people are now incorporated into the social dimension and their lives are no longer deprived of visibility or social relevance. This article aims to emphasize the importance of elderly people as social protagonists, analyzing how they contribute for the construction of the great narrative that interconnects all social actors. To this end, we sought to map out how elderly people are treated by society and how they participate in the social arena, as well as in the legal system and in senior citizen councils. However, despite these changes, elderly people are often relegated to positions of secondary importance.

**Keywords:** protagonism, social participation, empowerment, rights and active citizenship.

## INTRODUÇÃO

---

Ao se falar da velhice, hoje, é lugar-comum se evocar o estiramento da longevidade e o aumento da proporção dos mais velhos na pirâmide populacional como indicadores do peso e da importância desse segmento no cenário social. Indubitavelmente, o aumento da proporção dos mais velhos na pirâmide populacional foi o fato desencadeante da visibilidade social da velhice, mas o impacto maior dessa alteração demográfica são as mudanças qualitativas que inevitavelmente desencadeiam.

Mais do que um contingente populacional que passa a onerar o sistema previdenciário, os serviços de saúde e outros setores da sociedade e do Estado, a ascensão dos mais velhos traz outra forma de olhar a vida e o mundo, outras práticas sociais, ritmos, valores, crenças, simbologias que modificam profundamente a cultura, a economia, a política e demais di-

---

DE BOM GRADO OU NÃO, A CULTURA BRASILEIRA TERÁ DE INCLUIR A FIGURA DO IDOSO NO CENÁRIO DO PROTAGONISMO SOCIAL, ATÉ ENTÃO DOMINADO PELA PERSONAGEM DO JOVEM. ESTA É A DISCUSSÃO QUE PRETENDEMOS REALIZAR AQUI: FOCALIZAR AS IMPLICAÇÕES DA INSERÇÃO DOS MAIS VELHOS COMO ATORES SOCIAIS.

---

mensões da sociedade. O Brasil, um país habituado e se ver e a agir como jovem, seguramente sofrerá um impacto profundo dessa inevitável revisão de si com a infiltração no seu interior de imagens ligadas à velhice, sejam elas quais forem.

O país que se via como jovem, e por isso mesmo se representava como país do futuro, da vitalidade, do dinamismo, da criatividade e assim por diante, terá agora de assimilar outras características e imagens trazidas pelo espectro do seu envelhecimento. Terá de integrar a velhice como parte de seu retrato, como parte do delineamento de suas feições e como partícipe da construção de seu destino. De bom grado ou não, a cultura brasileira terá de incluir a figura do idoso no cenário do protagonismo social, até então dominado pela personagem do jovem. Esta é a discussão que pretendemos realizar aqui: focalizar as implicações da inserção dos mais velhos como atores sociais.

Para levar adiante o propósito deste artigo e discutir o papel e a função social do idoso na atualidade, vamos operar com o conceito de protagonismo, bastante utilizado ultimamente em substituição à noção de sujeito. Por que protagonismo e não subjetivação ou outro conceito que permita pensar o idoso como parte ativa do processo social?

Protagonista e protagonismo são palavras comumente utilizadas no campo da literatura, empregadas para se referir a personagens de uma história e que são responsáveis pelo desenrolar do enredo. No campo das Ciências Sociais, essa palavra tem sido usada como uma variante do termo “sujeito” para designar grupos ou conjuntos de atores que desencadeiam ações, que se colocam ativamente na construção da história (MINAYO, 2001).

A própria expressão “atores sociais” está sendo amplamente usada também no lugar do antigo “sujeito”, numa referência clara ao entendimento de que a sociedade se caracteriza como um cenário de acontecimentos parecido com o de uma peça de teatro. Essa linguagem que tende a tomar emprestados alguns termos das artes dramáticas e da literatura não o faz por acaso. Pertence a teorias do campo da Sociologia ou da Psicologia que privilegiam a linguagem e a narrativa na constituição do homem e do seu mundo.

O construcionismo social pode ser tomado como exemplo dessas epistemologias que colocam a linguagem e a produção de sentido no centro da mundanidade (GERGEN, 1982). Dessa perspectiva, a realidade como algo independente e apartado do homem falante, se existe, não pode ser conhecida. O homem não mantém contato direto com as coisas que o afetam ou com uma realidade extralinguística. O homem é investido e revestido pela linguagem de tal forma que seu contato com as coisas é um contato inevitavelmente mediado pela linguagem.

Tal como enfatiza Merleau-Ponty (1999), até mesmo a mais elementar percepção vem acompanhada de significação, sem a qual o objeto não seria recortado e discriminado de um conjunto indiferenciado de coisas, como tal incapaz de ser capturado pelos órgãos do sentido.

O organismo, portanto, não age e reage aos estímulos que chegam a ele com suas propriedades físicas, mas sim reage ao sentido e o **sentido** depende da relação estabelecida entre ambos. Alegoricamente poderíamos dizer que o homem reage à conotação das coisas e não à sua denotação, ou seja, o homem é, sobretudo, o ser da subjetividade, esta entendida como um processo de apreensão, elaboração e devolução daquilo que transita no seu relacionamento com as coisas ou com os outros.

O universo do homem, como universo de signos ou da linguagem, coloca como tarefa primordial a organização das palavras no tempo e no espaço – base fundamental da experiência humana –, ou seja, a produção de narrativas. As palavras dispostas no tempo e no espaço, dentro das convenções de uma língua, formam as narrativas pelas quais o homem se apreende como tal e apreende seu mundo.

Os mitos antigos são os exemplos maiores de grandes narrativas que davam inteligibilidade ao próprio homem e ao seu mundo. Formavam a base do conhecimento, transmitida de geração em geração e preservada como fonte primordial de orientação dos povos no seu tempo e espaço, sem a qual a vida não seria possível.

Tal como enfatizam Goolishian & Anderson (1996), constituímos-nos e habitamos um mundo de narrativas, de histórias que nos dão a referência de quem somos, de nosso passado, nosso presente e nosso futuro. Segundo o autor, apreendemo-nos pelas histórias que contam sobre nós e pelas histórias que nós mesmos registramos em nossas vidas. A convivência com outros os inclui como participantes de nossas histórias, das

---

AS PALAVRAS DISPOSTAS NO  
TEMPO E NO ESPAÇO, DENTRO DAS  
CONVENÇÕES DE UMA LÍNGUA,  
FORMAM AS NARRATIVAS PELAS  
QUAIS O HOMEM SE APREENDE COMO  
TAL E APREENDE SEU MUNDO.

---

narrativas sobre nós, da mesma forma que participamos das narrativas constitutivas dos outros.

Podemos pensar a vida como uma história, à semelhança dessas criadas pelos escritores em seus romances ou até mesmo daquelas criadas por diretores de novelas de televisão. Estamos no mundo como personagens de uma grande história, como atores de um drama ou de uma trama. Existem aqueles, tal como o diretor, que detêm um grande poder de escrever ou determinar o enredo, outros que podem exercer alguma influência e quem ocupa, na trama, o mero lugar de figurante.

---

A NOÇÃO DE PROTAGONISMO SURGE COMO CONSEQUÊNCIA DO ENTENDIMENTO DO MUNDO COMO CONSTRUÍDO NA PRODUÇÃO DE SENTIDO QUE EMERGE DAS RELAÇÕES SOCIAIS ESTABELECIDAS NOS ENREDOS E NAS NARRATIVAS QUE OS HOMENS VÃO CONSTRUINDO AO LONGO DE SUAS VIDAS.

---

A noção de protagonismo surge como consequência do entendimento do mundo como construído na produção de sentido que emerge das relações sociais estabelecidas nos enredos e nas narrativas que os homens vão construindo ao longo de suas vidas. O mundo, como grande cenário de acontecimentos que ora se tangenciam, ora se cruzam e ora se compõem numa grande narrativa – como a de uma revolução –, ganha mais sustentabilidade quando o relacionamos com a crescente presença das mídias na atualidade.

As narrativas são criadas e circulam com grande facilidade na chamada “sociedade da informação”, impulsionada pela sofisticação das tecnologias de comunicação. As mídias crescem em escaladas vertiginosas, interligando praticamente todo o planeta em tempo real; a produção de linguagem e a produção simbólica expandem-se abruptamente multiplicando e diversificando suas fontes.

A cultura é fortemente afetada pela explosão das tecnologias de produção e difusão simbólicas. As fronteiras da arte são profundamente abaladas e os polos de produção de sentido são descentralizados e pulverizados. Pela *internet* todos podem veicular suas criações de qualquer natureza (músicas, vídeos, *performances*, desenhos e outras), muitos conseguindo alguma notoriedade pelo número de acessos.

A visibilidade é o fundamento do sujeito, por isso mesmo a celebridade, como assinala Bauman (2007), é a expressão maior do sujeito contemporâneo. Neste mundo midiático-espetacularizado, podemos nos situar como coadjuvantes, figurantes, submetidos ao enredo dado, ou podemos tentar, como protagonistas, participar da narrativa, da construção da história ou do seu desenrolar.

O protagonismo social pressupõe que o ator não é capaz de atuar ou desempenhar seu papel sozinho (MACÊDO e BONFIM, 2003). Ele precisa dos outros para contracenar. Criar um papel ou imprimir alguma singularidade a um papel já dado caracteriza o protagonista, não como personagem principal, mas como aquele que, com outros protagonistas, é capaz de agir sobre a narrativa e dar a ela uma direção a partir do lugar e da função que ocupa na história.

---

O ESTATUTO DO IDOSO É MAIS UMA DEMONSTRAÇÃO DO RECONHECIMENTO SOCIAL DA NECESSIDADE DE SE RETIRAR OS IDOSOS DO LIMBO, DO ESQUECIMENTO E DO SILÊNCIO E DAR A ELAS UMA CONDIÇÃO SOCIAL MAIS JUSTA.

---

### **O idoso como protagonista**

Aquela imagem do idoso trancafiado em um asilo ou recluso nos espaços domésticos, às vezes sendo até escondido pelos familiares, está cedendo lugar para outras imagens, nas quais os idosos aparecem nas ruas, no comércio, nos clubes, salões de dança, em caminhadas, academias de ginástica, excursões, viagens de turismo, nas universidades abertas à Terceira Idade e em tantos outros lugares.

O aumento da proporção de idosos já é notado nos espaços públicos e nas famílias. A visibilidade está avançando rapidamente nos mais diferentes espaços sociais, até mesmo naqueles antes completamente vetados aos mais velhos, como o popular programa de televisão Big Brother Brasil. As políticas públicas e os programas de atenção voltados para os idosos são outra importante mostra da visibilidade adquirida pelos longevos. O Estatuto do Idoso é mais uma demonstração do reconhecimento social da necessidade de se retirar os idosos do limbo, do esquecimento e do silêncio e dar a eles uma condição social mais justa.

A visibilidade e o envelhecimento da população abrem possibilidades para que os idosos não sejam vistos e tratados como personagens secundários, necessitados de apoio, ajuda e complacência, mas para que se insurjam como protagonistas, como personagens capazes de exercer autonomamente papéis no cenário social e nos enredos que aí se desenrolam.

Passos importantes estão sendo dados para que os idosos venham a ocupar um lugar de destaque na sociedade. A saída da casa para a rua e o desvio dos asilos estão cada vez mais intensos. Dedicar-se aos afazeres domésticos e serem vozinhos cuidando dos netos já não representam os ideais dos idosos. É possível localizar nas cidades lugares frequentados

---

JÁ FOI O TEMPO EM QUE OS JOVENS  
QUERIAM MUDAR O MUNDO E SE  
SENTIAM COM FORÇA PARA ISSO.  
HOJE, A JUVENTUDE ENCONTRA-SE  
NÃO NA OPOSIÇÃO, MAS SIM NA  
SUSTENTAÇÃO DE TODO O SISTEMA  
ECONÔMICO, SOCIAL E POLÍTICO.

---

majoritariamente por idosos: associações, clubes e outras organizações que funcionam como espaço de encontro, de convivência e, eventualmente, de organização política.

No entanto, ainda resta muito para que a visibilidade e a presença dos idosos no teatro social se transforme em protagonismo. Ainda paira sobre eles uma atitude de benevolência e tolerância extremamente desqualificadora e despotencializadora. Tal atitude coloca-os no palco social como personagens agraciados por uma benevolência e caridade daqueles que comandam a cena, num autêntico processo de desculpabilização.

O protagonismo social dos idosos é extremamente importante e necessário porque é nele que pode fluir, por mais paradoxal que possa parecer, uma crítica radical da sociedade e ações de mudança mais contundentes. Já foi o tempo em que os jovens queriam mudar o mundo e se sentiam com força para isso. Hoje, a juventude encontra-se não na oposição, mas sim na sustentação de todo o sistema econômico, social e político. Os jovens não representam mais uma força de mudança, ao contrário, estão tão aderidos que representam, isto sim, forças sociais conservadoras. Não foi à toa que uma ousada propaganda de sandálias, divulgada pela televisão em 2009 e brevemente retirada do ar, fez essa perspicaz inversão de papéis no diálogo entre uma avó e sua neta. A avó sugere à neta que deveria ser muito bom ficar com um formoso galã e a neta lhe responde que talvez nem tanto porque se casar com uma celebridade deve ter um alto preço. A avó, então, com ar de surpresa, diz para a neta que ela não estava se referindo a casamento, mas, sim, somente a fazer sexo!

Esse comercial de TV foi retirado do ar por protestos do público, que o considerou inapropriado por incentivar um liberalismo sexual a partir do conselho de uma senhora. Tal atitude do público mereceria um conhecimento melhor, pela suspeita de que talvez o desagrado não tenha sido provocado pela exaltação da sexualidade, mas justamente porque a exaltação partiu de um idoso, mais ainda, de uma senhora. Se fosse a jovem neta que tivesse proferido a frase escandalizadora talvez não tivesse provocado nenhuma reação, justamente porque a figura do jovem já não representa qualquer rebeldia ou, se subsiste algum resquício de rebeldia infundido aos jovens, já não representa qualquer ameaça. Os jovens encontram-se de mãos atadas pelo forte agenciamento do consumo, ou pela pressão da competitividade para a sobrevivência, expressa na

disputa acirradíssima por um curso superior ou por um emprego. Eles não querem mais se confrontar, querem sim é entrar no frenesi das ofertas de prazer e das sensações extremas, num mundo que cultiva o excesso e a superação de limites.

No entanto, os idosos não assimilam com facilidade a lógica da aceleração do tempo, da efemeridade e do fugidio, incrustadas no consumismo, que tornam os personagens passageiros no palco, não lhes dando qualquer possibilidade de duração e permanência.

Os idosos não querem nem podem acompanhar a aceleração exacerbada do tempo na atualidade. Neste sentido, representam um poderoso freio para as pretensões da sociedade do consumo ou do mundo de produção toyotista. Apesar de toda a sedução do mercado que se pode observar nos idosos, sobretudo naqueles de mais idade, subsiste uma certa precaução com o endividamento e uma certa resistência ao consumo. Ainda vivem a lógica da poupança, da acumulação, da redução de gastos que traduz mais profundamente uma experiência do tempo e do espaço diferente da que está sendo disseminada. Apreciam a durabilidade das coisas e a permanência, demonstrando uma preferência por um tempo cadenciado e por um espaço que possa ser habitado como um lugar, no qual seja possível fincar algumas raízes e produzir fixação ou se criar territórios identitários.

A recusa à compressão do tempo e do espaço, que torna a vida acelerada e desterritorializada, talvez seja angustiante para os idosos porque não viveram assim na infância e na adolescência, mas, mais ainda, pelo temor diante da percepção da iminência da morte. Para quem a morte se aproxima não interessa acelerar o tempo, nem se expor aos perigos da transumância ou dos deslocamentos constantes de um lugar a outro.

Entre tantas outras subversões possíveis de se imaginar pela via do protagonismo dos idosos, a subversão da experiência do tempo e do espaço, tal como está dada na atualidade, é a mais contundente e radical. Somente deles pode partir o brado da bandeira da desaceleração do tempo e da identitarização do espaço, fundamental para a retomada das rédeas da vida e do mundo. O protagonismo social precisa tomar como foco o controle do tempo e do espaço considerando que o poder, hoje, reside no controle dessas duas dimensões básicas da vida e do homem, como enfatiza Virilio (1993, 1996).

---

APESAR DE TODA A SEDUÇÃO DO MERCADO QUE SE PODE OBSERVAR NOS IDOSOS, SOBRETUDO NAQUELES DE MAIS IDADE, SUBSISTE UMA CERTA PRECAUÇÃO COM O ENDIVIDAMENTO E UMA CERTA RESISTÊNCIA AO CONSUMO.

---

As possibilidades de exercer o protagonismo social pelos idosos, além das que foram enumeradas, também passam pela questão jurídica, na garantia da exequibilidade de leis já instituídas e na luta e participação para garantia de outros direitos, tal como será discorrido adiante.

## Os Conselhos do Idoso: protagonismo e controle social?

Assim como o “protagonismo”, o tema “controle social” tem sido bastante abordado por vários pesquisadores das Ciências Sociais no Brasil, principalmente ao tratarem da democracia. As Ciências Sociais definem o termo “controle social” como participação da sociedade na formulação, no acompanhamento e na verificação das políticas públicas (STOTZ, 2006; ANDRADE, 2007). O assunto também entrou na agenda do Estado, sendo destacado como tema principal da VII Conferência Nacional de Assistência Social, realizada no período de 30 de novembro a 3 dezembro de 2009 em Brasília, intitulada “Participação e Controle Social no Sistema Único de Assistência Social”.

Dentro da abrangente temática “controle social”, os conselhos<sup>4</sup> surgem como o principal canal democrático para o exercício da democracia, da cidadania, do protagonismo e da participação social. De acordo com Luz (2000), o controle social do cidadão ficou garantido por meio de sua participação nos conselhos, nas diferentes esferas da administração pública. Segundo Andrade (2007), os conselhos passaram a representar uma nova forma de interação entre Estado e Sociedade Civil, atendendo a “uma antiga demanda dos movimentos sociais que lutaram durante os anos de 1970 pela restituição dos direitos civis e políticos, pela ampliação dos direitos sociais e pelo direito de participar na administração da sociedade” (ANDRADE, 2007, p. 16). Na atualidade, os conselhos, tal como os Conselhos do Idoso, são compreendidos como espaços de democracia alternativos aos da representação formal que ganham crescente legitimidade pelo potencial de aumentar a transparência da gestão das políticas sociais (ANDRADE, 2007).

O Conselho Nacional do Idoso foi criado pela Lei Federal no 8.842, de 4 de janeiro de 1994, intitulada Política Nacional do Idoso – PNI. A referida lei, entre outras providências, estabeleceu diretrizes sobre a composição dos Conselhos do Idoso em todas as esferas da administração pública:

**4** Segundo Andrade (2007), não há um único modelo de conselho, pois podem diferir quanto à composição, à forma de seleção de seus membros, às suas competências, entre outros aspectos. Conforme a autora os conselhos podem ser classificados em três categorias. A primeira formada por aqueles que são vinculados a programas e serviços governamentais específicos, tais como os de distribuição de alimentos, de merenda escolar e de aleitamento, ou a unidades prestadoras de serviços, tais como os Conselhos de Unidades Hospitalares. A segunda composta pelos conselhos temáticos, que cobrem temas específicos, como, por exemplo, a defesa de direitos dos idosos, das mulheres, dos portadores de deficiência, etc. A terceira dos conselhos setoriais, que estão voltados para a formulação, a implementação e o monitoramento de políticas públicas presentes nas três esferas da federação (União, estados e municípios), como os Conselhos de Saúde, de Educação e de Assistência Social.

Art. 6º - Os conselhos nacional, estaduais, do Distrito Federal e municipais do idoso serão órgãos permanentes, paritários e deliberativos, compostos por igual número de representantes dos órgãos e entidades públicos e de organizações representativas da sociedade civil ligadas à área. (BRASIL, 1994)

A composição dos Conselhos do Idoso, dada pela PNI, é um bom objeto de análise. Como se pode observar no artigo 60, assim como nos demais artigos da PNI, não há menção, ou garantia, acerca da participação dos próprios idosos nos Conselhos em questão. Seguindo as diretrizes da PNI, os referidos Conselhos acabam se constituindo como órgãos de gestão da velhice, de controle sobre ela e de tantas outras possibilidades que não coadunam com o significado do termo “controle social”, proposto pelas Ciências Sociais, que deveriam ser efetivados nos Conselhos do Idoso.

Ao excluir os mais velhos da gestão dos seus próprios interesses, deixando-os de fora dos Conselhos do Idoso, o Estado acabou revelando sua subestimação das idades avançadas da vida, enxergando-as como limitadas e dependentes, relegando-as a passividade e resignação.

Alguns Conselhos do Idoso criaram seu próprio regimento interno e passaram a criar cotas para garantir a participação de longevos, como é o caso do Conselho Estadual do Idoso de São Paulo. Todavia, essas reservas, na prática, muitas vezes acabam sendo ocupadas por idosos representantes das classes dominantes, ou ainda por membros de instituições e órgãos públicos diretamente envolvidos na prestação de serviços. Muitos desses conselheiros, apesar de idosos, privilegiam interesses pessoais e/ou institucionais em detrimento de interesses da população idosa em geral. Desse modo, a participação dos mais velhos nos Conselhos do idoso, quando raramente ocorre, acaba sendo motivada e determinada por fatores sociopolítico-econômicos.

Outro problema, em relação aos Conselhos do Idoso, foi abordado por Andrade (2007). Segundo a autora, a criação de espaços participativos por iniciativa do governo tem originado diversas críticas, por serem espaços criados de cima para baixo, chamados de *invited spaces* (espaços a convite). Com isso, existe o risco de excessiva burocratização da parti-

---

AO EXCLUIR OS MAIS VELHOS DA GESTÃO DOS SEUS PRÓPRIOS INTERESSES, DEIXANDO-OS DE FORA DOS CONSELHOS DO IDOSO, O ESTADO ACABOU REVELANDO SUA SUBESTIMAÇÃO DAS IDADES AVANÇADAS DA VIDA, ENXERGANDO-AS COMO LIMITADAS E DEPENDENTES, RELEGANDO-AS A PASSIVIDADE E RESIGNAÇÃO.

---

cipação nesses espaços assim como o risco de deslegitimação de outros espaços participativos espontaneamente criados por dada comunidade (ANDRADE, 2007, p. 38). Talvez a criação de espaços espontâneos e independentes, como aponta a autora, sem intervenção política ou estatal, seja a garantia mais viável para o exercício da cidadania e do controle social pela Terceira Idade. Assim, poderíamos começar a construir novas formas de protagonismo com os próprios idosos ocupando a agenda de discussões e reivindicações coletivas da categoria, atuando como atores políticos no cenário social.

### Participação social e protagonismo previstos no Estatuto do Idoso

O Estatuto do Idoso, Lei no 10.741, de 1 de outubro de 2003, assume um papel fundamental na maneira como a velhice é tratada e vista na sociedade brasileira. A pesquisadora Anita Neri publicou, em 2005, na revista *A Terceira Idade*, o artigo, intitulado “As políticas de atendimento aos direitos da pessoa idosa expressas no Estatuto do Idoso”. Nesse trabalho, Neri fez um amplo levantamento histórico das políticas públicas para idosos no Brasil, mapeando concepções “negativas” sobre a velhice, no passado e no presente, na figura do Estatuto.

A fim de mapearmos as formas de participação e o protagonismo social nas idades avançadas da vida, realizaremos uma breve análise do Estatuto do Idoso. Para realizarmos a tarefa proposta, fomos buscar, na referida legislação, palavras e termos que tratassem do assunto em questão.

Apesar de a palavra “protagonismo” não ser mencionada no Estatuto do Idoso, a prática do protagonismo pode ser considerada garantida pelo Artigo 10:

Art. 10 - É obrigação do Estado e da sociedade assegurar à pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade, como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, garantidos na Constituição e nas leis. (BRASIL, 2003)

Já a palavra “participação”, que poderia ser considerada homóloga ao termo “protagonismo”, foi bastante utilizada no Estatuto, conforme destacamos a seguir: **participação**, ocupação e convívio do idoso com as demais gerações (**Art. 3, inciso IV**); **participação** na vida familiar

e comunitária e participação na vida política, na forma da lei (**Art. 10, inciso V e VI; Art. 49, inciso VI**); **participação** dos idosos em atividades culturais e de lazer – mediante descontos de pelo menos cinquenta por cento nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer, bem como o acesso preferencial aos respectivos locais (**Art. 23**); **participação** do idoso no custeio de entidade de atendimento, de no máximo setenta por cento do valor total de qualquer benefício recebido pelo idoso (**Art. 35, parágrafos 1º e 2º**) (BRASIL, 2003).

Como podemos observar, nos trechos acima extraídos do Estatuto, o termo “participação”, na maioria de suas ocorrências, tem um caráter de cuidado e proteção. A participação do idoso na vida familiar e comunitária, no convívio com as demais gerações, em atividades de lazer e culturais com descontos nos ingressos e acesso preferencial, ou a participação do idoso asilado nos custos da instituição. Estas concepções de participação denotam uma velhice bastante limitada, digna de cuidados e de tutela.

É certo que devemos celebrar as muitas conquistas assinaladas no Estatuto do Idoso. No entanto, muitas vezes essa legislação acaba por tolher e minimizar a participação e o controle social dos idosos, invertendo a lógica democrática que a fundamenta. O Estado, por intermédio do Estatuto do Idoso, pretende, assim, exercer o controle sobre os longevos mediante a tutela e a propagação de concepções da velhice como uma fase da vida bastante fragilizada e dependente.

---

NO DESENVOLVER DA EXISTÊNCIA HUMANA, SOMOS INCITADOS A NOS DESENVOLVER, A ADQUIRIRMOS INDEPENDÊNCIA FÍSICA E ECONÔMICA, A TOMARMOS AS RÉDEAS DE NOSSA PRÓPRIA VIDA E IMPORTANTES DECISÕES, SEJA NO ÂMBITO PESSOAL OU COLETIVO. TUDO ISSO FAZ PARTE DE UM PROJETO DE CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE E DO TORNAR-SE SUJEITO.

---

## Conclusão

No desenrolar da existência humana, somos incitados a nos desenvolver, a adquirirmos independência física e econômica, a tomarmos as rédeas de nossa própria vida e importantes decisões, seja no âmbito pessoal ou coletivo. Tudo isso faz parte de um projeto de construção da subjetividade e do tornar-se sujeito.

No entanto, percebemos que, na atualidade, essa mesma sociedade que nos incita a sermos protagonistas de nossas próprias histórias acaba, muitas vezes, por nos atribuir o papel de personagens secundários. Isso acontece quando delegamos ao outro o poder de tomar as decisões por

nós, ou quando nos omitimos diante de importantes questões sociais e também pessoais, ou, ainda, quando um personagem ou uma classe se sobrepõe à outra.

É certo que, ao vivermos em sociedade, devemos aprender a respeitar e conviver com diferentes papéis e protagonistas do cenário social. Mas em muitas situações esse ideário de existência e convivência deixa a desejar. No caso dos idosos, essa questão é bastante elucidativa.

Hoje, assistimos a um momento muito singular na história de nosso país, com o crescente envelhecimento da população. No cenário atual, temos a forte presença de atores sociais idosos, contribuindo com o fortalecimento da economia brasileira, com a renda familiar, participando no mercado de trabalho e em Conselhos municipais, atuando em programas e atividades para essa faixa etária e contribuindo em tantas outras situações.

A Terceira Idade entra em cena e começa a mostrar suas múltiplas faces e papéis. Mas precisamos, ainda, escutar mais a voz desses atores sociais, que protagonizaram tantas histórias de vida imersas na vivência do tempo.

Hoje, é tempo propício para inaugurar não uma simples “idade de ouro da velhice”, mas para abrir espaço para o palco da vida onde caiba a subversão da velocidade dos dias atuais, a participação ativa no cenário das preocupações sociais do momento, a possibilidade de experimentar diferentes formas de envelhecer, desde as mais arrojadas até, por que não, as mais mezinhas...

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

- ANDRADE, G. *A dinâmica da participação da Sociedade Civil em Conselhos de Políticas Sociais no Município de Piraí*. 2007. (Doutorado em Saúde Pública) – Fiocruz, Rio de Janeiro. 184p.
- BAUMAN, Z. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- BRASIL. *Política Nacional do Idoso*. Brasília: Presidência da República, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Estatuto do Idoso*. Brasília: Presidência da República, 2003.
- GERGEN, K. J. *Toward transformation in social knowledge*. New York: Springer-Verlag, 1982.

- GOOLISHIAN, H. A.; ANDERSON, H. Narrativa e Self: alguns dilemas pós-modernos da psicoterapia. In: SCHNITMAN, D. F. (Org.). *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 191-203.
- LUZ, M. T. Duas questões permanentes em um século de políticas de saúde no Brasil republicano. In.: *Ciência e Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v. 05, n. 02, p. 293-312, Mar-Jun. 2000.
- MACÊDO, G. M.; BONFIM, Z. Protagonismo social da Psicologia no campo da circulação humana. In: SILVA, Marcus Vinícius de Oliveira (Org.). *II Seminário de psicologia e políticas públicas: políticas públicas, psicologia e protagonismo social*. Relatório. João Pessoa: Conselho Federal de Psicologia, 2003. p. 85-114. Disponível em: <[http://www.pol.org.br/pol/export/sites/default/pol/publicacoes/publicacoesDocumentos/relatorio\\_politicas\\_publicas.pdf](http://www.pol.org.br/pol/export/sites/default/pol/publicacoes/publicacoesDocumentos/relatorio_politicas_publicas.pdf)>.
- MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- MINAYO, M. C. S. Estrutura e sujeito, determinismo e protagonismo histórico: uma reflexão sobre a práxis da saúde coletiva. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 6(1):7-19, 2001.
- NERI, A. As políticas de atendimento aos direitos da pessoa idosa no Estatuto do Idoso. *A Terceira Idade*, São Paulo, v. 16, n. 34, p. 7-25, out. 2005.
- STOTZ, E. Trajetória, limites e desafios do controle social do SUS. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 73/74, p. 149-160, maio/dez. 2006.
- VIRILIO, P. *O espaço crítico*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.
- VIRILIO, P. *Velocidade e política*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.



# Falas sobre a velhice: entre o perceber e o ser idoso

VERA DE FÁTIMA GOMES DE ASSIS<sup>1</sup>

DENISE MARTIN<sup>2</sup>

## RESUMO

---

O aumento da expectativa de vida das pessoas é um fato relevante, complexo e multifacetado. No Brasil, há 19 milhões de idosos (PNAD, 2007) envelhecendo em diversos contextos. No meio científico prevalecem as pesquisas voltadas para o aspecto biofisiológico dessa população. No entanto, pouco se conhece sobre o significado que os próprios idosos dão a esse período de suas vidas e sobre a forma como perdas e limitações são integradas às suas experiências. O objetivo deste estudo é o de compreender, sob uma perspectiva antropológica, a percepção de velhice de idosos moradores do Morro da Penha, no município de Santos/SP. O método é qualitativo. Realizou-se a observação etnográfica densa e entrevistas em profundidade. A percepção está relacionada com a visão de mundo que o indivíduo tem de si e do mundo que o cerca. O resultado revela que os idosos percebem a velhice quando ela apresenta limitações e incapacidades físicas que lhes impedem de realizar suas atividades diárias e laborais. Concluímos que, para esse grupo, a velhice não é vista, mas sim sentida. Identificam-se como idosos ou “velhos” quando estão impossibilitados do movimento e da ação do corpo que lhes impedem de exercer seus papéis sociais efetivamente.

**Palavras-chave:** autoimagem – pesquisa – Santos/SP, autocuidado, antropologia.

<sup>1</sup> Mestre em Saúde Coletiva (Unisantos/SP), professora da disciplina Atividade Física na Terceira Idade, do Curso de Educação Física e Esportes da Unisanta, Santos/SP, e instrutora de atividades físicas do SESC SP (Unidade Santos). fatima@santos.sescsp.org.br

<sup>2</sup> Professora-Doutora do Programa de Mestrado em Saúde Coletiva, da Universidade Católica de Santos. demartin@unisantos.br

## ABSTRACT

---

The increase in the life expectation of the world population is a relevant, complex and multifaceted fact. In Brazil, there are 19 million elderly people (PNAD, 2007) and they are aging under different conditions. Most of the scientific research is focused on the biophysiological aspects of the elderly population. However, little is known about how older people perceive the meaning of old age and how they incorporate their losses and limitations into their experiences. The purpose of this study is to understand, from an anthropological standpoint, the perceptions that elderly people living in Penha Hills, in the city of Santos/SP, have about old age. A qualitative methodology was used to undertake this study. Dense ethnographic observation and deep interviews were conducted. One's perception is related to the concept of self and the world around us. This study reveals that older people become aware of old age when they are faced with physical limitations and disabilities that prevent them from performing daily activities and tasks. This study concluded that old age is not seen, but rather felt. People identify themselves as elderly people when their body cannot move or perform actions, preventing them from effectively fulfilling their social roles.

**Keywords:** self-image – research – Santos/SP, self-care, anthropology

## INTRODUÇÃO

---

*Pensei entrar na velhice  
por inteiro  
como um barco ou um cavalo  
Mas me surpreendo  
jovem, velha e madura  
ao mesmo tempo.  
(COLASANTI, Marina, 1994)*

O aumento significativo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, os ditos velhos, idosos ou população da Terceira Idade, é um fato relevante que remete toda a sociedade a pensar sobre esse fenômeno complexo e multifacetado: a velhice.

Segundo a estimativa da WHO (2007), em 2025 o número da população mundial de idosos poderá chegar a 1,2 bilhão de pessoas. No Brasil, esse número já soma 19 milhões de pessoas (PNAD, 2007).

A significância em números é proporcional à importância de se conhecer a realidade dos vários aspectos que envolvem aqueles que envelhecem. Afinal, atrelada a essa aparente “conquista”, há aspectos que necessitam ser desvendados ou desmistificados com o intuito de favorecer uma boa qualidade de vida dessa população – não apenas do ponto de vista biofisiológico, mas também nos aspectos sociais e culturais, responsáveis pela integralidade do homem.

Não ignoramos que ocorram declínios orgânicos que diminuem o desempenho motor, mudam a aparência e que interferem nas relações com o ambiente, a sociedade, a família e com o próprio indivíduo que envelhece. No entanto, associar a velhice apenas a declínios, a perdas e a vulnerabilidades é condenar o indivíduo à morte em vida.

Mesmo a velhice sendo um fenômeno universal, ela revela-se de maneiras diferentes de pessoa para pessoa, e de sociedade para sociedade: extrapola a esfera do indivíduo, compartilha com a coletividade. Como diria Spirduso (2005): “existem duas verdades sobre o envelhecimento: a primeira é que todos envelhecem (se não morrerem jovens), a segunda é que todos envelhecem de formas diferentes”.

A diversidade brasileira obriga-nos a relativizar esse fenômeno. Os idosos brasileiros integram todas as camadas sociais; ricos e pobres envelhecem neste país. Logo, faz-se necessário compreender como eles percebem-se na Terceira Idade: como encaram os desafios impostos pelo tempo, como solucionam os problemas do cotidiano social, como se relacionam com os infortúnios de doenças e, principalmente, como se identificam tal uma pessoa idosa.

Por meio dessa compreensão é possível elaborar estratégias de intervenção para o desenvolvimento em várias áreas do conhecimento – saúde, economia, educação, entre outras. Investigar a velhice de hoje é preparar as futuras gerações para uma velhice melhor.

O objetivo deste estudo é o de compreender a percepção<sup>3</sup> de velhice de idosos moradores do Morro da Penha, no município de Santos/SP.

**3** Percepção é o processo de organizar e interpretar dados sensoriais recebidos para desenvolver a consciência do ambiente que nos cerca e de nós mesmos (DAVIDOFF, 2001).

## Método utilizado

Trata-se de um estudo qualitativo. Para isso foram utilizados métodos e técnicas de pesquisas tradicionais da Antropologia, entre eles a observação etnográfica densa e dez entrevistas em profundidade (cinco homens e cinco mulheres), com idade média de 70,3 anos, moradores do Morro da Penha, em Santos/SP.

## Breve descrição do campo e da população

A população santista possui 71.428 idosos, o que equivale a 17,07% da sua população total (Seade, 2007). Em números relativos, é a terceira maior concentração de idosos do Estado de São Paulo. Os idosos santistas estão distribuídos tanto na orla da praia – considerada área nobre da cidade – quanto em locais menos favorecidos, como é o caso do Morro da Penha. Tal morro foi ocupado inicialmente pelos imigrantes europeus e, a partir da década de 1960, o perfil da sua população começou a mudar. Migrantes nordestinos ocuparam desordenadamente o espaço geográfico, transformando o perfil socioeconômico e a cultural locais. Atualmente, apresenta uma população de 2.500 habitantes (Seplan, 2007), a maioria de trabalhadores informais com baixo poder aquisitivo e baixo grau de escolaridade entre os adultos.

O local é de difícil acesso e a urbanização não atinge toda a extensão do morro. Há casas construídas em áreas de risco, e a rede hidráulica e a elétrica foram visivelmente adulteradas. Tanto a educação quanto a saúde são providas pelo Poder Público. É inexistente uma área própria para o lazer dos moradores. Um dos pontos marcantes na observação do campo é a relação do poder do narcotráfico perante a comunidade.

Mundos paralelos convivem diariamente no Morro da Penha. O mundo do narcotráfico e o mundo das “pessoas normais”. Parecem administrar bem esta relação. Um não interfere no mundo do outro. Não dá palpites, não delata, não revela, apenas convive.

A sociabilidade entre os moradores sofreu algumas modificações ao longo dos últimos anos em razão da rotatividade, que ocasionou certo isolamento dentro do núcleo familiar. No passado os moradores residiam por muito tempo no mesmo local e apenas saíam quando ficavam sem condições físicas de subir o morro ou quando mudavam de cidade<sup>4</sup>.

<sup>4</sup> As informações foram reveladas por meio dos depoimentos de moradores.

O passado e o presente convivem no cotidiano dos idosos que lá residem. Suas experiências influenciam nas relações do dia a dia, nas negociações e na elaboração de regras, tornando o contexto extraordinariamente único. Afinal, ajudaram a construir o morro. Suas histórias de vida naquele contexto são confundidas com a história do próprio morro. Conforme Langdon (2003), o sentido da vida surge das ideias compartilhadas pelos elementos individuais que são simbolizados por um grupo de pessoas que estabelecem uma cultura. Portanto, esses idosos, por meio de suas experiências sociais e culturais, estruturam valores que contribuiriam para a percepção de sua identidade como pessoa idosa.

No morro, a vida acontece, peculiar e intrigante. Gerações compartilham necessidades, privações, conquistas e alegrias. No morro nem tudo é ruim e nem tudo é bom. Os pesos são equilibrados.

### **Entre o perceber e o ser idoso**

Na maioria das pesquisas são utilizadas faixas etárias para delimitar os sujeitos dos estudos. No caso das pesquisas antropológicas, a idade cronológica não é um fator determinante para a formação de grupos sociais ou explicação de comportamentos humanos. Basta observar as grades de idades em diferentes culturas e constatar que estas atribuem significados variados para os grupos de idades ou faixas etárias.

No caso deste estudo, consideraram-se idades iguais ou superiores aos 60 anos para facilitar a seleção dos participantes e para ir ao encontro do que estabelece a OMS<sup>5</sup> quando classifica pessoas idosas. No entanto, como será mostrado neste texto, optou-se por considerar que a velhice não se constitui em uma propriedade substancial que os indivíduos adquirem com o avanço da idade cronológica.

Os idosos em pauta retratam o perfil da maioria dos idosos brasileiros, visto que não ocupam os estratos sociais providos de regalias financeiras, tais como: planos de saúde, transporte particular, viagens de turismo, cuidados estéticos, entre outros. Também não são aqueles miseráveis que dependem de ações de terceiros para garantir a sua sobrevivência.

Foram ou ainda são trabalhadores rurais, costureiras, faxineiras, estivadores, pedreiros, vendedores ambulantes e comerciantes. Falantes, lúcidos, independentes física e funcionalmente. Possuem pouco estudo.

<sup>5</sup> Organização Mundial da Saúde

Entre os dez entrevistados, nove concluíram apenas o Ensino Fundamental, e uma é analfabeta. Cada um com uma história de vida, uma experiência pessoal, que contribuiu para construir a velhice e formar o idoso, que hoje são.

Parece haver uma lacuna entre o que é se perceber e o ser idoso. Em nossa sociedade ocidental, na qual os diversos meios de comunicação supervalorizam a imagem do jovem e a atrelam à beleza e à saúde, aqueles que não se enquadram nesse modelo, ou seja, os idosos, são muitas vezes vinculados ao feio e à doença. Na colocação feita por Brandini (2007), a beleza constitui um fator fundamental entre sociedade-natureza, e a beleza-“padrão” é algo a ser conquistado a todo custo e por qualquer meio.

Buscar o belo tornou-se um fenômeno cultural, vigente entre os mais diversos povos, que concebem a beleza segundo seus próprios padrões, derivados da convergência entre a estrutura biológica, agentes do meio ambiente e *modus vivendi* (BRANDINI, 2007).

A primeira quebra de estereótipos relacionados à velhice é observada. Lá no morro, os idosos entrevistados não estão “preocupados” com a velhice vinculada à beleza – o tempo deles é ocupado com outras coisas (trabalho, cuidar da casa, dos netos e filhos). A velhice muitas vezes não é percebida. Não são os cabelos brancos e as rugas da face que determinaram a presença da velhice.

*“Sei lá, nunca me preocupeí com isso, não, me cuido, né? Eu me cuido.” L (60)*

*“O tempo só foi passando... foi passando... não deu tempo pra perceber. Ela veio?” R (66)*

*“Eu não sei, não deu tempo para sentir. Foi acontecendo, né? Já comecei a plissar. (...) eu nunca pensei de durar tanto, Jesus Cristo, é verdade.” MP (83)*

Esse sentimento demonstra que a velhice muitas vezes não é “vista”, mas sim, sentida. Motta (2002) ressalta que na cultura ocidental a velhice geralmente está associada a problemas de saúde, muitas vezes expressas na aparência do corpo. Mas são mencionadas muito mais pelos outros do que pelos próprios idosos.

Outro aspecto observado é que a velhice é percebida quando relacionada à capacidade da qualidade e agilidade dos movimentos e à disposição para execução de determinadas tarefas que exigem esforço físico.

*“Ah... por que você cansa? Você vai ficando velha, eu trabalhava muito na enxada e aí não fica ligeira.” “Vô fazê feijão, fazê arroz, uma carne, depois lava prato, lava pano e roupa no tanquinho, todo dia eu encho esse varal de roupa, porque a criança suja e também meus dois neto é cada dia uma roupa. Vai o dia todo que eu não sou ligeira que já tô nessa idade.” M (72)*

*“Eu só to passando um pouco da idade porque eu tô sem, eu digo, sem jogo de cintura. Não vou fazer as coisas porque de repente vai piorar tudo... O quê? Eu tô que nem um ovo, se quebrar, rachou... Rachou! Aca-bou! É, essa idade que eu tô não é brincadeira (...).” R (66)*

*“Pra mim tá passando muito bem, eu tô sempre com aquela disposição.” R (73)*

*“E agora pra eu não ficar muito moringada<sup>6</sup>, muito atormentada, que eu já tô ficando pra lá de Bagdá... Eu digo assim ‘pera aí’, então toda noite eu já sei o que eu vou fazer pro dia (...) também já tô ficando meio assim cansada, eu vou e me atrapalho um pouco pra andar, tenho que ir agarrado, assim de braço dado com uma e outra.” MP (86)*

*“É, é mais devagar, né, é tudo mais devagar, mas eu não, o dia que a doença, que dor assim me empata, eu só não faço o que eu fazia, que a gente vai ficando de mais idade e vai ficando mais devagar, eu só não faço o que eu fazia, lavava, aí lavava quintal, isso eu não faço mais.” C (74)*

O sentimento do corpo cansado reflete que algo intrinsecamente mudou. Não foram as mudanças na aparência que os levaram a esta conclusão, mas sim a mudança na capacidade física e funcional. Tal condição quebra a rotina do dia a dia que, conseqüentemente, afeta a relação com o ambiente.

Todavia, não é inexistente a influência da estética e o receio de mudanças na imagem corporal; é o que se percebe na fala de L (60 anos):

*“Ah, eu sou uma pessoa vaidosa, tomo cuidado pra não engordar muito, morro de medo de ficar barriguda... Olha a barriga da minha mãe, tá vendo? Então eu morro de medo, então eu tô sempre me cuidando, o cabelo eu pinto, eu me cuido, né, mas eu não tenho medo não da velhice.” L (60)*

ML (64) expressa orgulho ao relatar que ela é considerada um exemplo de beleza a ser seguido:

*“Minha filha fala assim: Mãe, eu queria ser que nem a senhora, a senhora parece uma mocinha.” ML (64)*

<sup>6</sup> Moringada tem o sentido de estar cansada, “quebrada”, fácil de quebrar como uma moringa, que é feita de barro.

É interessante notar que somente essas duas mulheres se referiram ao envelhecimento do corpo ressaltando a “beleza física”.

A percepção da velhice atrelada ao surgimento de ocorrências de doença é algo marcante nas entrevistas. Ambos os gêneros, em algum momento, deixam escapar que começaram a sentir-se velhos quando a doença se tornou presente com mais frequência, ou instalou-se em suas vidas definitivamente.

---

A PERCEPÇÃO DA VELHICE ATRELADA  
AO SURGIMENTO DE OCORRÊNCIAS  
DE DOENÇA É ALGO MARCANTE NAS  
ENTREVISTAS.

---

*“Isso, é, isso, tudo isso: medir a pressão, saber tudo direitinho, o sangue e assim vai indo e quanto mais vai indo pra frente a idade da gente, a gente vai ficando doente mais vezes, fico com medo de pegar uma doença... Que se correr logo a pessoa tem cura; o pior é se ficar com uma doença qualquer e passar anos e anos e quando vai saber ela já tomou conta.”*  
A (68)

*“O tempo foi passando e eu sabia que mais tarde ou mais cedo isso ia acontecer comigo, como eu não bebo e não fumo eu tenho mais longevidade, né, porque meu irmão abaixo de mim morreu novo.”* I (79)

*“Pra mim a idade que me pegou, a idade me pegou mesmo, e ela pega qualquer um, o pior é ela te machucar (...).”* R (66)

No relato anterior de R (66), estivador aposentado, é nítido o desconforto que ele sente. O avanço da idade para ele surge como algo avassalador e que causa dor. Algo que, segundo ele, não sentia quando era mais jovem.

Existe uma visão estereotipada da velhice associada à aposentadoria como sinal de envelhecimento.

Para Simões (2007), os aposentados e pensionistas – uma categoria aparentemente “marginal” – vêm se constituindo em atores importantes no processo político atual. Para o autor tornaram-se uma espécie de “corporação”, com interesses específicos, demandas próprias e formas de atuação no espaço público e familiar.

No caso de idosos do Morro da Penha há uma profunda relação entre trabalho e velhice. Tanto os homens quanto as mulheres continuam realizando algum tipo de atividade remunerada. Quando não, colaboram para que seus familiares mais jovens possam trabalhar fora e assumem as responsabilidades pelos trabalhos domésticos e pelos cuidados com as crianças menores (no caso de algumas mulheres).

*“O trabalho faz parte da minha identidade. De garoto na cidade, em lojas, depois passei pra armazém de café, de armazém de café fui trabalhar na Matarazzo, Indústrias Reunidas Santista Matarazzo na Alemoa, e depois dali fui pras Docas, de onde hoje eu sou aposentado. E tenho esse comércio, e algumas casas aqui no morro.... Ah! Ah! Ah!” A (68)*

*“Eu era uma excelente costureira. Uma profissão boa, viu menina? Você nunca tá desempregada, sabia? E a nova geração hoje em dia nem liga. Você pega um jornal pra olhar e eles só pedem costureira, e é uma profissão que não tem idade. Aí eu trabalhei esses anos todos, depois eu saí e aí eu fiquei trabalhando com uma moça aqui perto de casa, mas eu pagava autônoma e ainda trabalhei com ela 15 anos pagando autônoma e aí eu me aposentei, pra não perder os anos da carteira, né? É, é... ainda faço alguma coisa quando o pessoal vem procurar.” L(60)*

Em algumas entrevistas nota-se que o fato de não estar mais trabalhando coloca o entrevistado em desvantagem; uma relação lógica: enquanto trabalho sou conhecido.

O gênero masculino dá mais valor a sua experiência de envelhecimento por sua situação de rompimento com a vida ativa e início da aposentadoria. Já para a mulher tal experiência é de restrição ao mundo doméstico (BARROS, 1995). Nos relatos a seguir essa relação é explícita:

*“Tinha cinquenta mil pessoas que trabalhava comigo, mais ou menos, pra cá e pra lá, era prá cá e pra lá. ‘Oi’, ‘Oi, seu M’... Eu falo ‘mas como eu sou ex?’ Ex se queima, Como ex?” R (66)*

*“Por enquanto só essa doença aí, mas logo logo eu vou tá trabalhando. Eu sou teimoso; eu brigo.” E (62)*

Há casos em que as mulheres só conseguiram o benefício da aposentadoria após o falecimento do cônjuge.

*“Que nem eu, você vê, eu sou casada até hoje, nunca tive emprego também, dependia do marido, né, aí fiquei aqui, fiquei aqui e aqui estou eu e ele ainda foi primeiro, mas ainda tô dependendo dele porque vem a aposentadoria pra mim, né... Risos... Então ainda dependo dele.” MP (83)*

*“Recebo do meu esposo, do meu marido. Recebo do INSS dele e daí eu trabalhei muito tempo, mas nunca pagava, eu trabalhava pra ajudar em casa e nunca paguei nada e aí então eu fiquei com a pensão dele.” C (73)*

---

O GÊNERO MASCULINO DÁ MAIS VALOR A SUA EXPERIÊNCIA DE ENVELHECIMENTO POR SUA SITUAÇÃO DE ROMPIMENTO COM A VIDA ATIVA E INÍCIO DA APOSENTADORIA.

---

Percebe-se que os idosos entrevistados têm discernimento da importância do seu trabalho, em contraposição ao estereótipo do idoso dependente de outros.

---

O PASSADO REPRESENTADO POR MUITO TRABALHO COLOCA-OS NUM PATAMAR DIFERENCIADO PERANTE SEUS FAMILIARES. NO PRESENTE, A APOSENTADORIA POSSIBILITOU A ESTE GRUPO DE IDOSOS A INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA E A POSSIBILIDADE DE AJUDAR SEUS FAMILIARES.

---

O passado representado por muito trabalho coloca-os num patamar diferenciado perante seus familiares. No presente, a aposentadoria possibilitou a este grupo de idosos a independência financeira e a possibilidade de ajudar seus familiares.

Com isso, nota-se que a percepção de velhice não está associada apenas às mudanças na imagem corporal (visual). Para esses idosos a velhice é percebida quando os efeitos deletérios do avançar dos anos interfere negativamente no seu cotidiano, impossibilitando-os de realizar suas atividades diárias. Transformando a maneira como eles se relacionam com o trabalho, com o ambiente e, principalmente, quando impossibilita a relação com os outros.

## Conclusões

Ao penetrar no cotidiano de idosos do Morro da Penha, em Santos/SP, muitas questões foram confirmadas, estereótipos e paradigmas foram quebrados e muito se compreendeu sobre a maneira daqueles que envelhecem.

A primeira quebra de estereótipo é que a velhice é sinônimo de fragilidade. A velhice encontrada não é frágil, dependente, carente ou ausente. Pelo contrário: é forte, ativa, independente e participante. A característica marcante do grupo é o poder de decisão e a consciência de seus próprios atos.

Percebem-se velhos ou idosos quando não podem mais exercer as atividades vinculadas ao trabalho. Para os idosos do Morro da Penha a velhice não se revela no aparecimento dos cabelos brancos, das rugas ou manchas senis na pele. A velhice não é vista, é sentida. Ser idoso não é uma categoria etária, é uma “nova forma” de se estar no mundo.

Perante a família, assumem o papel importante e participativo nas decisões financeiras e educacionais. Na comunidade, mesmo com a mudança do perfil da população e com a ação do narcotráfico, conseguem ser respeitados e considerados; afinal, fazem parte da história do morro.

A velhice é socialmente e culturalmente construída. A maneira como as pessoas percebem-se, e identificam-se como idoso(a), interfere nas mais diversas formas de relacionamento tanto no ambiente público quanto no ambiente privado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

- BARROS, Myriam M. L. O passado no presente aos 70 falando do Rio de Janeiro. *Cadernos de antropologia e imagem*. Rio de Janeiro, v.4, n.15, p. 91-106, jun.1995.
- BRANDINI, Valéria. Bela de morrer, chique de doer, do corpo fabricado pela moda: o corpo como comunicação, cultura e consumo na moderna urbe. *Contemporânea*, v. 5, n. 1, p. 1-28, dez. 2007.
- COLASANTI, Marina. *Rota de colisão*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- DAVIDOFF, Linda. *Introdução à Psicologia*. 3. ed. São Paulo: Makron Books, 2001.
- LANGDON, E. J. Cultura e os processos de saúde e doença. In: *Seminário Sobre Cultura, Saúde e Doença/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento*. Londrina, 2003. p. 91-107.
- MOTTA, Alda B. Envelhecimento e sentimento do corpo. In: MINAYO, Maria Cecília; COIMBRA, Carlos. A. Jr, (org). *Antropologia, saúde e envelhecimento*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002, 37-48.
- PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*, nº 21. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.
- SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados). 2007. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>. Acesso em: 16 nov. 2008.
- SEPLAN (Secretaria de Planejamento). Disponível em: <<http://www.santos.sp.gov>>. Acesso em: 17 nov. 2007.
- SIMÕES, Júlio A. A maior categoria do país: o aposentado como ator político. In: *Velhice ou terceira idade*. BARROS, Miriam M. L (org). Rio de Janeiro: FGV, 2007, p.13-34.
- SPIRDUSO, Waneen W. *Dimensões físicas: do envelhecimento*. São Paulo: Manole, 2005.
- WHO – WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Statistical Information System*. Disponível em: <<http://www.who.int/whosis/en/index.html>>. Acesso em: 30 nov. 2007.



# Reflexões sobre o “Projeto Terceira Idade” do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, que regulamenta o direito de prioridade processual<sup>1</sup>

ALEXANDRE DE OLIVEIRA ALCÂNTARA<sup>2</sup>

## RESUMO

---

O Estatuto do Idoso, Lei Federal brasileira nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, dispõe sobre um título dedicado ao Acesso à Justiça (arts. 69/71), no qual se destacam os dispositivos que preveem a possibilidade de criação de varas especializadas e exclusivas do idoso (art. 70), e assegura a prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, em qualquer instância (art. 71). A prioridade na tramitação dos processos no âmbito do Poder Judiciário é uma conquista merecida e justa aos idosos. Infelizmente, nossa Justiça é muito criticada por sua morosidade, levando anos para solucionar um litígio. A pessoa que chegou à velhice não pode ficar esperando tanto tempo para ver o seu caso resolvido. A demora na solução, inclusive, traz sérios problemas de saúde: ansiedade, angústia, desânimo, depressão, etc. Mais do que justa é essa prioridade. Imaginem quantos idosos esperam, por exemplo, decisões judiciais acerca de revisões de valores de aposentadorias? Minhas reflexões decorrem a partir da aprovação do Estatuto do Idoso (Lei Federal nº 10.741/2003) e de suas implicações no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará, Brasil, principalmente no que tange ao direito de prioridade processual conferido a esse segmento populacional. Como outras promessas de prioridade processual, estamos diante de mais um caso de “legislação simbólica”.

**Palavras-chave:** Estatuto do Idoso, direitos e cidadania, legislação.

<sup>1</sup> Trabalho apresentado durante o III Congresso Ibero-Americano de Psicogerontologia, realizado de 3 a 5 de novembro de 2009 na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP.

<sup>2</sup> Promotor de Justiça na Comarca de Aracati - Ceará, da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência (Ampid). Mestre em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza-Unifor e Professor da Universidade Potiguar-UNP. alexandre-alcantara@uol.com.br

## ABSTRACT

---

The Brazilian Statute of the Elderly, Brazilian Federal Law No. 10741, of October 1, 2003, deals with Access to Justice (articles 69/71), particularly with the possibility of constituting special courts exclusively for the disposal of legal cases involving older people (article 70), and ensures that these cases are treated on a priority basis by the courts for plaintiffs older than 60 in all instances (article 71). Expediting legal cases involving older people in the Justice System on priority is not only a well deserving achievement, but also a fair one. Unfortunately, our Justice System is very slow and litigation may takes years. Elderly persons cannot wait so long for a dispute to be resolved thorough litigation. Delays in resolving disputes may cause many health problems, such as anxiety, stress, depression, etc. For example, just imagine how many elderly people are waiting for the resolution of disputes related to the revision of retirement benefits? Our analysis is focused on the approval of the Statute of the Elderly Person (Federal Law No. 10741/2003) and its implications within the context of the Judiciary System of the State of Ceará (Brazil), with a particular emphasis on the promise related to the disposal of legal cases involving older people on priority. Like other such promises, we are facing yet another example of “symbolic legislation”.

**Keywords:** Statute of the Elderly Person, rights and citizenship, legislation

**3** Um levantamento feito pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) retrata a morosidade dos tribunais de primeira instância brasileiros, a porta de entrada dos processos no Judiciário. De acordo com o estudo, quase 800 mil ações ficaram empacadas em varas judiciais por mais de 100 dias em 2008. É como se todos os magistrados de primeiro grau do Ceará, por exemplo, estivessem de braços cruzados. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/noticias/661591/cnj-mostra-o-retrato-da-morosidade-da-justica-brasileira>>.

### O direito fundamental à razoável duração do processo

A Justiça brasileira é muito criticada por sua morosidade, levando anos para solucionar um litígio<sup>3</sup>. Tanto isso é verdade que, no âmbito constitucional, a Emenda Constitucional nº 45, de 8 de dezembro de 2004 (Reforma do Judiciário), acrescentou ao elenco dos **direitos fundamentais** do art. 5º da Carta Magna: “LXXVII- a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação”. Estamos diante do direito fundamental à razoável duração do processo. Todos os cidadãos têm direito a uma Justiça célere. Bulos (2009, p. 592), ao comentar esse princípio, pergunta:

Adiantou alguma coisa a constitucionalização do princípio em epígrafe? A princípio não. O fato de um assunto vir consignado em termos constitucionais explícitos não significa, necessariamente, que o veremos concretizado. Se é certo que a atuação do Conselho Nacional de Justiça pode colaborar, até certo ponto, para reduzir a malfadada morosidade, pelo controle dos “deveres funcionais dos juízes” (CF, art. 103-B, §4º), mais exato ainda é que o problema, presente em todo mundo, não se resolve de uma hora para outra!

Parece que o citado autor tem razão. Pouco adianta a Constituição Federal dizer que o cidadão tem direito a um processo célere, pois a sua efetivação vai depender de uma série de medidas, que o espaço deste pequeno ensaio não permite discutir. O que deve desde logo restar bem claro é a seguinte assertiva: se o cidadão em geral tem direito à celeridade processual, com muito mais razão deve ter acesso a esse direito a pessoa idosa.

### A prioridade processual no Estatuto do Idoso

O Estatuto do Idoso, Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, dispõe sobre um título dedicado ao **Acesso à Justiça** (arts. 69/71), no qual se destacam os dispositivos que preveem a possibilidade de **criação de varas especializadas e exclusivas do idoso** (art. 70), e assegura a **prioridade na tramitação dos processos e procedimentos** e na execução de atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, em qualquer instância (art. 71).

A prioridade na tramitação dos processos no âmbito do Poder Judiciário é uma conquista merecida e justa aos idosos. Infelizmente, como já afirmado, nossa Justiça é muito morosa. A pessoa que chegou à velhice não deve e não pode ficar esperando uma eternidade para ver o seu caso resolvido. A demora na solução, inclusive, traz sérios problemas de saúde: ansiedade, angústia, desânimo, depressão, etc. Mais do que justa é essa prioridade. Imaginem quantos idosos esperam, por exemplo, decisões judiciais acerca de revisões de valores de aposentadorias? Alencar (2005, p. 340) enfatiza o significado desse direito:

---

A PRIORIDADE NA TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO É UMA CONQUISTA MEREcida E JUSTA AOS IDOSOS. INFELIZMENTE, COMO JÁ AFIRMADO, NOSSA JUSTIÇA É MUITO MOROSA. A PESSOA QUE CHEGOU À VELHICE NÃO DEVE E NÃO PODE FICAR ESPERANDO UMA ETERNIDADE PARA VER O SEU CASO RESOLVIDO.

---

A prioridade de tramitação para a pessoa idosa não significa que esta seja mais digna que as demais pessoas, nem que o princípio da dignidade da pessoa humana só se aplique aos idosos. Não. Em verdade, para se entender que a relação entre prioridade de tramitação para as pessoas idosas e o primado do homem atende ao postulado da isonomia, deve-se ter presente a noção do princípio da diferença, consistente em uma distribuição que melhore a situação de todas as pessoas – **trazendo benefício ao idoso que o iguale à pessoa que esteja em melhores condições de expectativa de vida –, visando a efetivar a justiça social, especialmente quando confere esperança à pessoa idosa de que seu conflito será solucionado em prazo mais curto, aumentando, assim, a efetividade do princípio da dignidade humana de forma compatível com o princípio da igualdade.**

Resta claro, por esses argumentos, que o direito de prioridade processual conferido ao idoso não fere o princípio da isonomia, mas, ao contrário, busca efetivá-lo, promovendo ainda a dignidade da pessoa humana.

No **Estado do Ceará**, o Tribunal de Justiça lançou o “Projeto Terceira Idade” e pela Resolução nº 14, de 17 de junho de 2004, regulamentou o direito de prioridade da pessoa idosa desde a distribuição, autuação, processamento, tramitação, julgamento e realização de todos atos processuais das ações, bem como recursos e incidentes (art. 1o).

Segundo a Resolução, o idoso poderá requerer a concessão da prioridade pessoalmente ou por meio de representante legal (art. 2o). A fim de identificar os processos com pedido de prioridade, foi criada uma **etiqueta verde-oliva**, que será afixada na capa dos autos, onde constará a indicação: **“Prioridade Estatuto do Idoso – Lei nº 10.741/03”**, na tonalidade branca (art. 3o).

Quando a prioridade for requerida desde a petição inicial, já com o documento comprovante da idade, a indicação do referido direito será feita por meio de um carimbo posto na primeira página da petição exordial, com a mesma indicação prevista no art. 3o (art. 4o).

O *folder* explicativo do “Projeto Terceira Idade” traz ainda o conceito do direito de prioridade:

A prioridade consiste em um atendimento mais célere ao idoso. Na prioridade, portanto, não há uma escolha entre favoritos, ou preferidos, nem o atendimento ao idoso é feito porque ele é um *“coitadinho”*. Em outras palavras, pode-se dizer que o direito de prioridade, assegurado pelo Estatuto do Idoso, criou para todos a obrigação de atender primei-

ro o cidadão que já chegou à casa dos 60 anos, com o mesmo padrão de excelência de todos os outros cidadãos que buscam o Poder Público.

Outrossim, o “Projeto Terceira Idade” criou **placas de sinalização visual**, que deverão ser afixadas nos locais de atendimento ao público, com a seguinte indicação: **“Atendimento Prioritário ao Idoso”**. Transcorridos seis anos de vigência do Estatuto, cabe a pergunta: **O direito à prioridade está sendo observado no âmbito da Justiça cearense?** Para responder a essa pergunta utilizamos os seguintes dados: a) A experiência na atuação na Promotoria de Justiça, onde temos observado o “esquecimento”, por parte dos operadores jurídicos (juízes, promotores de justiça, defensores públicos, advogados e serventuários), desse legítimo direito de nossos velhos. Quantas vezes nos deparamos com processos esquecidos em que figuravam, como uma das partes, pessoas idosas cansadas de esperar por uma decisão Judicial. Em alguns desses processos havia o pedido de prioridade e até súplicas pedindo o julgamento que teima em não ocorrer; b) A análise do procedimento de controle sobre o cumprimento ou não do direito à prioridade por parte do Judiciário.

Em relação ao segundo item, para nossa surpresa e inquietação constatamos que não há como saber se as unidades judiciárias do Estado do Ceará estão observando a prioridade processual para os idosos. É impossível o Poder Judiciário dizer hoje quantos idosos figuram como partes ou intervenientes nos milhares de processos que tramitam em suas comarcas, e como consequência, se a prioridade está sendo cumprida.

Como chegamos a essa conclusão? Muito simples. Pela análise dos diversos formulários estatísticos que são remetidos pelas unidades judiciárias, tanto à Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará como para a Corregedoria Nacional de Justiça, órgão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Em todos esses relatórios analisados não há qualquer dado, qualquer referência a estatísticas sobre a questão da prioridade aos idosos.

A questão é: como podemos cobrar a efetividade do direito à prioridade processual para os idosos se não sabemos efetivamente quais e quantos processos dizem respeito a esse contingente populacional? Realmente não temos como melhor averiguar o cumprimento da prioridade no âmbito da Justiça cearense, e certamente nos demais estados da Federação. Na verdade, **o que não é prioridade para a Justiça?** Pode-

mos elencar as seguintes prioridades estabelecidas por diversas leis, regulamentos, resoluções, recomendações e solicitações vindas de órgãos administrativos, como o Conselho Nacional de Justiça: a) processos de *habeas corpus*; b) processos penais com réu preso; c) processos penais à beira da prescrição; d) processos penais de alta relevância social (crimes violentos, crimes contra o sistema financeiro nacional, crimes de lavagem de dinheiro ou envolvendo organização criminosa; e) processos penais de competência do júri; f) procedimentos penais cautelares (interceptação, busca e apreensão, etc.); g) cumprimento de cartas precatórias criminais; h) cumprimento de cartas de ordem criminais; i) cumprimento de cartas rogatórias; j) mandados de segurança com pedido de liminar; l) mandados de segurança em geral; m) “ações” populares; n) “ações” civis públicas; o) procedimentos por improbidade administrativa; p) processos com pedido de tutela antecipada; q) processos com audiência realizada; r) processos com conclusão antiga; s) processos em que figure como parte ou interessado deficiente físico ou mental; t) processos em que figure como parte ou interessado portador de moléstia grave; u) processos iniciados antes de 2005 – o CNJ disse que todos deveriam ser julgadas até o final de 2009...

Na verdade, a promessa legal de todos esses casos de prioridade processual, incluindo a prioridade aos idosos, faz parte de uma “**legislação simbólica**” no sentido pertinente da análise de Neves (2007, p. 23):

(...) Aponta para o predomínio, ou mesmo hipertrofia, no que se refere ao sistema jurídico, da função simbólica da atividade legiferante e do seu produto, a lei, sobretudo em detrimento da função jurídico-instrumental.

Essa legislação simbólica, no dizer desse constitucionalista, apresenta uma tipologia, cujo conteúdo pode: a) confirmar valores sociais, b) demonstrar a capacidade de ação do Estado e c) adiar a solução de conflitos sociais por meio de compromissos dilatatórios. No caso da prioridade processual aos idosos prevista no Estatuto do Idoso, qual a interpretação perante esses possíveis conteúdos da legislação simbólica? Pode ser dito que a prioridade significa a confirmação social do respeito à pessoa idosa. Em contrapartida, pode significar que, perante a mobilização social dos idosos, essa prioridade processual (conquista legal) seja uma estratégia do Estado para demonstrar a sua capacidade de ação e, por último, um subterfúgio para calar e adiar a solução de conflitos sociais envolvendo idosos.

Sobre esse último aspecto, cabe o exemplo e a pergunta: numa Vara Federal Previdenciária, **na qual 90% – ou mais – das demandas são concernentes a idosos, como será estabelecida a “prioridade” entre os “prioritários”?**

### Considerações finais

Os mecanismos criados pelo “Projeto Terceira Idade” do Tribunal de Justiça do Ceará, entre os quais: **etiqueta verde-oliva** afixada na capa dos autos indicando a prioridade, **placas de sinalização visual** e a própria obrigação direcionada ao órgão julgador para decidir com prioridade os processos das pessoas idosas, mostraram-se insuficientes.

É óbvio que o efetivo respeito pelo princípio da razoável duração do processo e a prioridade processual para os idosos requerem uma política de maior investimento no Poder Judiciário, mas podemos lançar mão de medidas imediatas que busquem essa finalidade. Podemos apontar como propostas: a) um programa de educação continuada com vistas a conscientizar todos os operadores jurídicos (juízes, promotores de justiça, defensores públicos, advogados e serventuários) a internalizarem a necessidade da observação da prioridade processual aos idosos; b) criação de mecanismos de melhor controle de cumprimento desse direito, como a demonstração, por meio dos relatórios elaborados por todas as instâncias da Justiça brasileira, apresentando quantos processos têm como parte(s) ou interveniente(s) pessoa(s) idosa(s); quantos desses processos foram julgados, etc. A esses relatórios seria dada ampla publicidade, inclusive enviando-os a entidades de defesa da pessoa idosa; e c) melhor estruturação (servidores qualificados, equipamentos...) de todas as instâncias da Justiça brasileira.

Cabe lembrar ser de fundamental importância para a melhoria de todos os serviços públicos a efetiva participação cidadã. Os movimentos sociais dos idosos, o Conselho Nacional e os Conselhos Estaduais e Municipais de Defesa das Pessoas Idosas devem ficar atentos e cobrar a observância do direito à prioridade processual. Tudo isso com a ressalva de que nosso **sistema legal hipertrofiado** prevê um elenco quase inesgotável de prioridades processuais, em que a pessoa idosa é mais uma das prioridades!

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

- ALENCAR, Rosear Antonni Rodrigues Cavalcanti. Comentário ao art. 71. In: PINHEIRO, Naíde Maria (Org.). *Estatuto do Idoso comentado*. Campinas: LZN, 2005.
- BRASIL. *Estatuto do Idoso*. Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 2003.
- BULOS, Uadi Lammêgo. *Curso de Direito Constitucional*. (reformulado e atualizado de acordo com a Emenda Constitucional nº 57/2008). 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil* promulgada em 5 de outubro de 1988/obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Livia Céspedes. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. (Coleção Saraiva de Legislação).
- NEVES, Marcelo. *A constitucionalização simbólica*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. (Coleção Justiça e Direito).
- Projeto Terceira Idade (folder)*. Guia de Orientação ao Servidor. (Resolução nº 14, de 17 de junho de 2004). Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

# Entrevista: **Wlamir Marques**

**W**lamir Marques, 73 anos, ao lado de Amaury, Ubiratan e Rosa Branca, foi uma das maiores estrelas do basquetebol brasileiro. Wlamir fez parte de um elenco cuja conquista jamais foi superada: o Bicampeonato Mundial, primeiro em Santiago do Chile no ano de 1959 e depois no Rio de Janeiro em 1963. Num Maracanãzinho lotado, a equipe brasileira derrotou os poderosos Estados Unidos, uma impressionante e insuperada façanha.

Em seu apartamento em São Paulo, Wlamir recebeu a revista *A Terceira Idade* e narrou saborosas histórias dessa época de ouro de nosso basquete. Comentou a situação desse esporte em nosso país. Refletiu sobre questões relativas ao envelhecimento de atletas, sobre as condições do aposentado brasileiro e, por fim, sobre sua própria condição de pessoa idosa.

**REVISTA** Sempre pedimos aos nossos entrevistados que comecem esta conversa nos contando sua história. O que você poderia nos contar de sua infância, de suas relações com seus pais, seus avós? Você conviveu com pessoas mais velhas, como foi sua experiência?

**WLAMIR** Sou natural de São Vicente, nasci no dia 16 de julho de 1937. Farei 73 anos em julho. Muito cedo, com nove, dez anos, comecei a praticar esporte. Meu pai e minha mãe me apoiavam. Ainda garoto, comecei a frequentar as praias e a praticar natação, que foi meu primeiro esporte. Cheguei a ganhar algumas provas, mas São Vicente era um lugar difícil, naquela época você não tinha as dependências esportivas que se tem hoje. A maioria das atividades eram praticadas na praia mesmo. Futebol era na praia, atletismo era na praia, enquanto



que basquete e vôlei eram mais ligados a clubes. Iniciei no basquete, que acabou sendo o carro-chefe da minha carreira, no Clube de Regatas Tumiariu, um clube que ainda existe. Antigamente os clubes tinham esse “Regatas” no nome, como Clube de Regatas Flamengo, Clube de Regatas Vasco da Gama etc, porque eles tinham o remo como um esporte importante. Ali, eu comecei a jogar basquete, mas ao mesmo tempo eu jogava futebol, como goleiro. Eu também jogava vôlei no Clube Tumiariu e defendia o clube na natação. O interessante nessa história é que minha mãe queria que eu fosse nadador e meu pai que eu jogasse futebol. E ainda tinha um tio, que era técnico de vôlei, que me levava para jogar vôlei.



“A MAIORIA DAS ATIVIDADES ERAM PRATICADAS NA PRAIA MESMO. FUTEBOL ERA NA PRAIA, ATLETISMO ERA NA PRAIA, ENQUANTO QUE BASQUETE E VÔLEI ERAM MAIS LIGADOS A CLUBES.”

#### **REVISTA** Havia outros atletas na família?

**WLAMIR** Sim, tinha meu irmão recém-formado em Educação Física, que me levou para o atletismo. Eu ganhei algumas provas de salto e de arremesso. Eu sempre fui muito atlético, tive um crescimento prematuro, com quatorze anos já tinha esse tamanho. Mudei de residência e do lado de lá do muro de casa havia uma quadra. Vi a garotada brincando ali, aí pensei, “vou entrar nessa quadra” e estou nela até hoje.

#### **REVISTA** Uma curiosidade: o basquete no início de sua história como modalidade esportiva era jogado com cestas de frutas, é verdade?

**WLAMIR** Isso mesmo. O basquete começou nos Estados Unidos, em 1891, com a utilização de cestas de frutas, em Massachusetts, na cidade de Springfield. Lá o inverno era muito rigoroso. O diretor de uma escola pediu a um professor de educação física para ele inventar um jogo que pudesse ser disputado em recinto fechado na época de inverno. O que ele fez? Havia um espaço grande e coberto na escola, uma espécie de ginásio, e quando ele olhou para um dos cantos do estádio, ele viu uma cesta de colher pêssegos. Só que essa cesta de colher pêssegos tinha fundo e ao lado da cesta tinha uma escada. Ele colocou do outro lado também uma outra cesta com escada. Assim foi inventado o basquete. Você imagina então, a cada cesta a que se fazia, alguém subia na escada e tirava a bola de lá para o jogo ser reiniciado! Até que alguém percebeu que seria melhor retirar o fundo da cesta. Depois foi criado o

aro, a redinha. O jogo chegou ao Brasil em 1896 e a primeira atividade de basquete que houve aqui aconteceu na Universidade Mackenzie. Na época, como bola de basquete era usada uma bola de futebol, esporte estabelecido há mais tempo.

#### **REVISTA De que forma você se firmou como atleta de basquete?**

**WLAMIR** Naquela época, os jovens obedeciam aos pais. Mas, minha mãe queria que eu fizesse natação, meu pai futebol e meu irmão atletismo e o outro irmão, vôlei! Aí eu resolvi ficar na minha que era o basquete. A minha carreira foi meteórica, em 1952 fui campeão brasileiro juvenil, eu tinha quinze anos. Como eu tive um crescimento prematuro, desde cedo eu não jogava com os da minha idade, só jogava com adultos. Minha história vai ser contada, ela está sendo escrita por várias pessoas.

#### **REVISTA Alguém está escrevendo sua biografia?**

**WLAMIR** Eu mesmo. Há uma comunidade do Orkut que uma família carioca montou e que se chama “Wlamir Marques, - somos fãs”. E para essa comunidade eu comecei a escrever minha história, estou escrevendo sobre conquistas esportivas e outras passagens da minha vida. Se quiserem, vocês poderão ver, estou escrevendo sobre o que me aconteceu em 1963. Estou contando sobre o Bi-Campeonato Mundial. Parei ali. Tem muita coisa, depois vem uma fase de Corinthians, eu fiquei dez anos lá, tem muita história. Até chegar aos dias de hoje, eu tenho a impressão que já vou estar lá com os anjos, alguém vai ter que terminar.

#### **REVISTA Em seus 36 anos de carreira, você conquistou mais de 40 títulos: campeonatos estaduais, brasileiros, sul-americanos e mundiais. Qual conquista mais o emocionou? Que lembranças você guardou desse momento?**

**WLAMIR** Estou escrevendo sobre minha maior conquista, o bicampeonato mundial. Nossa equipe conseguiu a medalha olímpica de bronze, um grande momento, mas o bicampeonato mundial foi muito interessante, porque foi conquistado no Rio de Janeiro com a participação do torcedor carioca que é muito participativo, ele tem um sentimento esportivo mais intenso do que o do paulista. O bicampeonato mundial

foi o último grande título do Brasil, nunca mais se conseguiu chegar próximo, chegamos só a um terceiro lugar. Então, foi a maior conquista do basquetebol brasileiro até hoje.

#### **REVISTA Na final vencemos os Estados Unidos, não é?**

**WLAMIR** Sim. O último jogo foi contra os Estados Unidos e nós ganhamos por 85 X 81. E por que foi importante para mim essa vitória contra os Estados Unidos? É que uns dias antes, uns dez dias antes, nos Jogos Pan-americanos de São Paulo, nós perdemos a final para os Estados Unidos, no lotadíssimo ginásio do Ibirapuera. Perdemos por uma diferença de 22 pontos. Nós amargamos essa grande derrota. Eles jogaram muito naquele dia. Todas as bolas caíam em nossa cesta. Foi decepcionante, dentro de casa, perder por 22 pontos. Mas, no Mundial ganhamos.

#### **REVISTA Geralmente os Estados Unidos não mandam equipes de profissionais, não é?**

**WLAMIR** Agora mandam, a partir de 92 passaram a mandar. A partir de 92, nas Olimpíadas de Barcelona é que os profissionais do basquete americano foram autorizados a jogar. Foi quando criaram o Dream Team, muito conhecido até hoje.

#### **REVISTA Mas, de 92 para cá, os Estados Unidos não venceram todas.**

**WLAMIR** Realmente, não. Na penúltima Olimpíada, em 2004, por exemplo, quem ganhou foi a Argentina, porque os EUA não levaram grandes jogadores. Mas na última ganharam porque levaram seus melhores atletas.

#### **REVISTA Eles se dão ao luxo de ganhar quando quiserem.**

**WLAMIR** Sem dúvida. Desde os anos 60, os Estados Unidos estavam muito à frente. Já existia a NBA, todos os grandes jogadores da NBA passaram pela seleção olímpica, todos eles foram famosíssimos. Você não tinha chance quando eles levavam essas grandes seleções, eles eram absolutamente favoritos, só perdiam, quando levavam uma seleção, por exemplo, das Forças Armadas. Só por curiosidade, o primeiro campeonato mundial disputado, foi o de 1950, na Argentina. A Argentina foi campeã. Só que os Estados Unidos levaram a equipe da

Chevrolet para representar os Estados Unidos. Em 1954, foi no Brasil e era para ser em São Paulo, por ocasião do IV Centenário. Mas, o ginásio do Ibirapuera estava sendo construído e quando faltava um mês para o começo da competição, caiu a cúpula do ginásio e não deu tempo para consertar. O Mundial foi transferido para o Rio. Eu estava nesse mundial, tinha 17 anos. O estádio do Maracanazinho, não estava terminado também. Você andava em cima de pedra, tábua, cimento, e improvisaram uma quadra ali no meio e foi disputado o Mundial. Em 59 nós fomos campeões, e em 63, também. Eu tenho duas coisas para contar, uma coisa que poucas pessoas sabem, porque o esporte é muito desvalorizado no Brasil, é que sou duas vezes campeão do mundo e duas vezes vice, mas o vice não é considerado. O Brasil vai agora para a África do Sul. Se o Brasil não ganhar no futebol, eles serão todos pichados, mesmo sendo vice. O Brasil tem que ir lá e ganhar. Em 16 de julho, o Brasil perdeu a copa de 1950. Eu me lembro, morava em São Vicente, e havia um serviço de alto-falante, que eles colocavam em vários postes, e nós ficamos ouvindo. E o Brasil perdeu. Foi a maior tragédia esportiva que houve no Brasil. Os uruguaiois até hoje comemoram.

**REVISTA Fale-nos sobre seus companheiros de seleção, Amaury, Ubiratan, Rosa Branca... O que você se lembra dessa turma?**

**WLAMIR** Vamos começar pelo Rosa. Eu o conhecia desde os quinze anos, ele jogava por São Carlos, ele era de Araraquara, começou a jogar basquete com o professor Julio Mazzei, foi da equipe do Santos. O Rosa, pelo potencial físico, muito cedo foi para a seleção brasileira. Ele foi convocado para primeira seleção brasileira, no campeonato Sul-americano. Em 1958, no Chile, ele foi para o Mundial, mas não como titular. O Rosa, em 1963, foi titular absoluto, quando ganhamos o bicampeonato mundial. Depois do São Carlos ele veio para o Palmeiras, em 1962, mas ele teve uma discussão com o técnico e com o clube e no mesmo ano ele se transferiu para o Corinthians, para onde eu também tinha ido. Nós ficamos no Corinthians, praticamente dez anos juntos. Inclusive, ele era meu afilhado. Eu era padrinho de casamento deles, dele e da Odete, a esposa dele.

**REVISTA Há uma história engraçada sobre a cerimônia de casamento do Rosa Branca. Você poderia contá-la?**

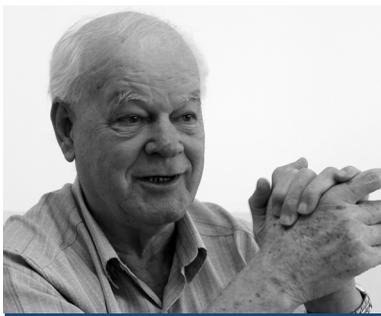
**WLAMIR** Realmente é uma história interessante. Quando jogávamos no Corinthians, morávamos próximos e nós íamos ao clube diariamente. O Corinthians era mais nossa casa do que a nossa própria casa. E o Rosa me convidou para ser padrinho de casamento. Tudo bem. No dia do casamento dele, nós ficamos a tarde inteira no clube, jogando bocha, jogando baralho. Às seis horas, eu falei a ele: “Vamos, Rosa, vamos para casa, tomar um banho e ir para o seu casamento”. Fomos e depois fomos para a igreja. Para o casamento foi também o presidente do Corinthians, o Wadih Helu, foram várias pessoas, e estávamos lá e o Rosa nada, não chegava! Chegou uma hora em que eu não aguentei mais e perguntei para o padre sobre o que estava acontecendo. Aí o padre disse: “Mas vocês não estão sabendo? Ele adiou o casamento”. “Como? Não é possível, passei a tarde inteira com ele!”, respondi. Nossa, e para avisar todo mundo que estava ali?! Só sei que alguma coisa não deu certo e ele pediu para adiar o casamento, sem avisar ninguém!

#### **REVISTA E o Amaury? Fale sobre ele.**

**WLAMIR** O Amaury esteve na seleção de 54 comigo. Eu tinha dezesseis anos e fui convocado para a seleção adulta e depois fui para o Mundial. Aliás, tem uma história interessante, porque o Amaury não foi convocado oficialmente, ele foi indicado pelo técnico do São Paulo, que disse tinha um jogador assim, com tais condições, e o Kanela, técnico da seleção, disse: “Então manda ele aqui”. Eu tinha 17 anos, ele tinha 18. No primeiro treino ele já impressionou e já era considerado titular. Ele começou a jogar basquete na Argentina, porque seu pai era argentino, foi famoso cabeleireiro aqui em São Paulo, tinha programa na TV, inclusive, era o Antoine, tinha um salão na praça da República e tinha um programa na TV Record.

#### **REVISTA E o Ubiratan?**

**WLAMIR** Ah, o Ubiratan Pereira Maciel, o Bira. Ele também jogou comigo. Ele começou no clube Floresta, que hoje é o Esperia; não fez categoria de base, começou já com 18 anos, por causa do seu físico, alto, na época, hoje seria considerado baixo. Começou a se destacar, pela força física, não pelo lado técnico, mas pela força física. Nós não tínhamos jogadores altos naquela época, então ele apareceu como uma coisa diferente. Nesse ano de 63, o Corinthians o levou, foi para lá jogar



**“EU SEMPRE DIGO QUE ESPORTE É VIDA, ESPORTE É EMOÇÃO E ESPORTE É INFARTO. PORQUE ELE NÃO DÁ GARANTIA DE SAÚDE PARA ESSES ATLETAS. EXIGE-SE MUITO DO CORPO. MESMO SOB ORIENTAÇÃO MÉDICA, HÁ RISCO PELO GRANDE ESFORÇO QUE SE FAZ.”**

comigo. Muito cedo ele foi para a seleção de adulto, mesmo não sendo um grande jogador, mas um jogador grande. Era um jogador de salto. Nós todos saltávamos bem, mas ele era mais, tinha equilíbrio, era elástico, não fazia exercícios, nada, era uma coisa natural, da pessoa. Não existia academia naquela época. Não fazíamos musculação, não tinha instrutor físico, o técnico fazia tudo.

**REVISTA Como está sendo essa sua experiência de professor universitário?**

**WLAMIR** Dou aula em faculdade até hoje, preciso trabalhar, como ex-jogador não tenho ajuda. Eu falo para minha esposa, acho que está na hora de eu parar de dar aula. Não é porque estou velho, mas estou velho para esse tipo de atividade. O jovem para quem eu dou aula me respeita muito, me ouve, mas eu não estou mais querendo esse tipo de imagem, um professor, por mais títulos que possa ter. Meus alunos me ouvem, mas... Não sei se é para me agradar... Dou aula há 36 anos.

**REVISTA E como é sua relação com a Terceira Idade?**

**WLAMIR** Eu não vivo com ninguém da minha idade. Apenas com minha mulher. Quando tem campeonato de master, eu não vou, eu não jogo. Eu tive um problema em 88, fiz uma cirurgia cardíaca, eu achei melhor não jogar mais.

**REVISTA O que você pensa sobre o envelhecimento de um atleta de alto rendimento? Quer dizer, não só no seu caso, mas dos atletas em geral, como é que o envelhecimento é percebido pelo atleta que fez tanto com seu corpo, que o trabalhou no limite para as competições? Que opções surgem para esses ex-atletas? As pessoas dessa geração passaram por dificuldades econômicas?**

**WLAMIR** O fato de ser jogador profissional não quer dizer que seja rico, ou que vá ficar rico. Tem jogador de futebol que ganha mil reais, então vamos falar sobre os atletas de ponta. Eu sempre digo que esporte é vida, esporte é emoção e esporte é infarto. Porque ele não dá garantia de saúde para esses atletas. Exige-se muito do corpo. Mesmo sob orientação médica, há risco pelo grande esforço que se faz. Quando eu

tive problema no coração, o médico disse que eu estava com o coração dilatado, com “coração de boi”, como alguns chamam. Em 88, eu tinha 59 anos de idade. Não foi só o esporte, na época eu fumava também, tinha cinco holerites, precisava trabalhar, precisava ganhar dinheiro; como professor, eu trabalhava um pouquinho em cada lugar. Demissão no Brasil se dá a torto e a direita. A vida do atleta de ponta não é uma vida regular como a de um civil, o desgaste é muito grande, não só físico, mas também emocional. Esses atletas sofrem muita pressão. Eu perdi muito da minha capacidade vital, com a cirurgia que fiz em 88.

### **REVISTA A propósito, como você acha que o Brasil está tratando seus velhos?**

**WLAMIR** Muito mal. Desculpe-me falar assim, mas em todos setores, há uma omissão, um desrespeito total pelos idosos. Você vai a um banco aí você vê... Por exemplo, eu vou ao Bradesco. O Bradesco tem um sistema de senha e tem o caixa. Nos dias de pagamento o aposentado pega uma senha e espera por uma hora e meia, duas horas para ser atendido. No Itaú, não tem senha e nem lugar para você sentar, todo mundo reclama, mas não tem solução.

### **REVISTA O Estatuto do Idoso melhorou essa situação?**

**WLAMIR** Nada. Não tem o Estatuto da criança? Ele é respeitado? Não. Ninguém respeita nada. O grande problema do idoso, é querer dar conselho a ele. Ele não quer conselho, ele quer dar conselho. Mas, ninguém quer ouvi-lo, porque acham que ele está gagá. Nos Estados Unidos, que tem uma grande população de idosos, o respeito que existe com eles é uma coisa espetacular. No Brasil, as coisas não andam bem. Aqui, você faz o que quiser, não há respeito. O trabalho do SESC é maravilhoso, porque encontra um espaço onde ele é respeitado, em todos os sentidos. Eu gosto do trabalho do SESC pelo trabalho que ele faz com a Terceira Idade, pela melhoria da condição física.

### **WLAMIR Hoje há muita informação para se preparar o envelhecimento, em áreas como alimentação e atividade física. Você acha possível se preparar para o envelhecimento? Você se preparou?**

**WLAMIR** Eu não me preparei. Nós, atletas, não recebemos nada, por todos esses títulos que ganhamos, mais de quarenta, nunca recebemos

um tostão. O que a gente ganhou foi medalha e troféu. Não sobrou nenhum dinheiro, absolutamente nada. Quando eu parei de jogar, em 1974, eu me formei professor de Educação Física, porque antes disso eu não tinha tempo para estudar. Eu ficava cinco, seis meses fora do país. Trabalhei na Universidade de Mogi das Cruzes, trabalhei na UNESP, em Rio Claro, coordenava o departamento de basquete do Clube Pinheiros, me virava na década de oitenta. Então, eu parei de fumar, porque eu dormia mal, ainda tive problemas emocionais como técnico de basquete, muita pressão, cobrança, eu não gostava de ser técnico, mas eu era obrigado para ganhar algum dinheiro. Muitas vezes, ia para a seleção contrariado, eu queria descansar, queria ficar com a minha família. No dia em que meu filho nasceu, eu estava no Chile numa concentração. A minha filha, nasceu em 1960, eu fui conhecê-la 40 dias depois, eu estava em Roma, na olimpíada. Então, eu queria sossego, mas não podia, eu pensava assim: “Se eu deixar de ir eu vou perder dinheiro”. Quando eu parei de jogar, tive que tocar minha vida de um jeito mais forte do que quando eu jogava, e eu, sinceramente, não me cuidei para chegar hoje a ter uma vida melhor, com mais saúde, mais saudável. Ninguém consegue, porque a vida vai deteriorando.

**REVISTA Mas, você não acha que essa atividade profissional o ajuda a se manter em melhores condições de saúde?**

**WLAMIR** A minha atividade atualmente é a seguinte: eu dou aula na faculdade, e sou comentarista de basquete da ESPN Brasil. Eu comento os jogos, a partir de julho começam os mundiais, feminino e masculino. E minha atividade ficou restrita a isso, não tenho mais aquele volume de atividades que eu tinha antigamente. Talvez este seja o último ano que eu dê aula. Sabe por quê? Já pensou, saio da minha casa às 5h30 para chegar às 7h (ou mais) em Santo André para dar aula, todos dias? É muita coisa. E a volta, à noite, então eu penso muito nessas coisas. Hoje eu penso em parar.

**REVISTA Você está falando em trabalho, mas o seu lazer como é?**

**WLAMIR** Não tenho. Meu lazer é só o computador. Sou sócio benemérito do Esperia, sou sócio do Corinthians, tenho a carteirinha, mas não frequento. Eu tenho uma casa perto de Caraguatatuba e tenho um apartamento na Prainha, em Caraguá também. Então, quando eu posso, eu vou lá. Gosto de praia.

**REVISTA O que você faz com o computador? Você tem o Orkut?**

**WLAMIR** Eu tenho o Orkut e tenho contato com essa comunidade que mencionei. Há muita gente que me pergunta sobre jogos, garoto que quer conselho sobre o que fazer... Perguntam: professor, não estou conseguindo observar o jogo direito, o que será que tenho que fazer, eles pedem conselho...

**REVISTA Você falou dessa questão do conselho, que o velho quer dar conselho, mas não tem quem o ouça. Mas, pela internet parece que você tem sido ouvido pelos jovens. Você acha que nessas redes sociais esses conselhos são mais ouvidos do que no mundo real?**

**WLAMIR** Muito mais. Mas, claro, é preciso falar com conhecimento. A credibilidade está em você falar coisas certas. Depois de uma semana, o aluno retorna: “Olha, professor, eu tentei fazer de sua maneira e deu resultado”. É assim. O meu lazer é esse. O meu passatempo principal, na minha vida, hoje, é esse aí. Outra coisa, eu jogo joguinhos. Quando vocês me chamaram eu deixei um em stand by.

**REVISTA Como, então, tem sido seu relacionamento com as gerações mais novas. Você acha que essa relação no mundo virtual fica facilitada? Porque você disse que são jovens que perguntam no Orkut. Essa relação com outras gerações são facilitadas no mundo virtual?**

**WLAMIR** Ficam sim. Você não precisa marcar encontro, hora, nem nada. É livre a participação. Você também vê o outro, vê o outro lado, uma crítica, mas o cara te respeita. É importante esse meio virtual. Ele veio aliviar a vida de muitos idosos aqui. Quando ainda não havia computador, a gente escrevia a mão. Hoje, você escreve textos assim, sem precisar usar borracha para apagar. Se não fosse assim eu jamais escreveria sobre a minha vida. No computador é uma beleza. Há um livro sobre a minha vida em Piracicaba. Eu fiquei oito anos em Piracicaba. Chama-se “Um disco voador que pousou em Piracicaba”. As pessoas me chamavam de “Disco Voador”. Eu era também o “Diabo Loiro”, que agora mais velho, virou o “Diabo Branco”. “Disco Voador” porque eu saltava muito alto. Vivi 9 anos em Piracicaba. O autor do livro é o jornalista, Moacyr Nazareno. Tudo o que foi escrito a meu respeito no “O Diário de Piracicaba” e no “Jornal de Piracicaba”, transformou em livro. Uma repórter da ESPN Brasil, Carla Gomes, acha que eu tenho muitas histórias para contar e quer fazer um livro. Há, ainda,

um outro escritor que quer comprar a minha história, porque ele é do Corinthians. Ficamos muito tempo conversando, ele me perguntou algumas coisas e foi anotando. Quando foi um mês atrás, ele me deu o trabalho terminado, ele ia atrás de uma editora, para ver se conseguia publicar. Não tem muita coisa publicada sobre o basquete brasileiro.

**REVISTA Como está o basquete no Brasil atualmente hoje? Desde a geração do Oscar Schmidt não temos tido conquistas importantes.**

**WLAMIR** Pois é, o Brasil, depois de minha geração, teve mais uma geração competitiva, a do Oscar e do Marcel, até meados de 90. Ela não conquistou os mesmos títulos, mas manteve o basquete brasileiro no topo, entre os seis melhores países do mundo. Em 78, no Mundial nas Filipinas, o Brasil ficou em terceiro lugar. E houve aquele grande feito, a medalha de ouro nos Jogos Pan Americanos de Indianápolis, quando ganharam dos Estados Unidos lá dentro da casa deles. As participações olímpicas não foram ruins, o Brasil foi quinto, sexto, estava bom. Até metade da década de noventa, em 96.

**REVISTA E o que aconteceu daí em diante com o nosso basquete?**

**WLAMIR** É o que acontece até agora: esse país vive do fenômeno, do talento individual. Por exemplo, o César Cielo. Ele apareceu de repente e foi esse sucesso, recordista mundial de natação, campeão olímpico, mas não fazemos atletas em série, com exceção do futebol, como fazem os Estados Unidos. O nosso vôlei tem tido renovação, sempre tem uma geração mais nova, só que o vôlei, não tem a evolução mundial que têm o basquete e o futebol. Você pega um campeonato mundial de basquete como nós vamos ter agora, tem dez países que podem ser campeões do mundo. No vôlei, dois ou três, no máximo. No basquete, ficamos à espera de fenômenos. Os fenômenos que nós temos, estão jogando fora do país.

**REVISTA É falta de patrocínio, é falta de direção da Federação, do governo, do Ministério dos Esportes?**

**WLAMIR** O governo nós tiramos do caminho, porque se você esperar alguma coisa do governo no esporte, você está danado. Patrocínio não falta, em nível de seleção, Eletrobrás é patrocinadora, mas só



para a seleção. Mas acontece que esses nossos jogadores, que são os melhores, que estão fora do país, jogando nos EUA, na NBA, eles não são donos de si. Eles têm donos. Todos eles têm, os que jogam na Europa também, há um investimento grande em cima deles. Geralmente, nas grandes competições eles não são autorizados a disputar ou estão contundidos pela carga de trabalho. O Nenê mesmo, ele teve um câncer de testículo há uns dois anos atrás. Agora, vamos ter um Mundial, começa em agosto ou setembro e trouxeram um técnico argentino, que foi campeão olímpico, pela seleção da Argentina. Se ele tiver todos jogadores brasileiro da NBA à disposição para formar a seleção brasileira, nós vamos ter uma boa equipe. Acho que não para ser campeã do mundo, mas capaz de não ficar em décimo sétimo lugar como ficou no último campeonato. Eu sempre digo, se estivermos entre os quatro será espetacular. Se ficarmos entre os seis estará ótimo, se for entre os oito, tudo bem.

**REVISTA Wlamir, grato pela entrevista.**

**WLAMIR** Obrigado a vocês e parabéns ao SESC pela publicação do livro “Esporte para Idosos”, acho que será muito útil a estudantes e professores.

## NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE TRABALHOS NA REVISTA A TERCEIRA IDADE

A revista A TERCEIRA IDADE é uma publicação interdisciplinar, editada desde 1988 pelo SESC – São Paulo, quadrimestral, e dirigida aos profissionais que trabalham com idosos. Tem como objetivo estimular a reflexão e a produção intelectual sobre Gerontologia e seu propósito é publicar trabalhos técnicos e científicos nessa área, abordando aspectos da velhice (físico, psíquico, social, cultural, econômico etc.) e do processo de envelhecimento.

### NORMAS GERAIS

Os artigos devem seguir rigorosamente as normas abaixo, caso contrário não serão encaminhados para a Comissão Editorial.

- Os artigos não precisam ser inéditos, basta que se enquadrem nas normas para publicação, que serão apresentadas a seguir. Quando o artigo já tiver sido publicado deve ser informado em nota à parte sob qual forma e onde foi publicado (Revista; palestra; comunicação em congresso etc.)

- As traduções devem estar acompanhadas das autorizações dos autores.

- Os conceitos emitidos no artigo são de inteira responsabilidade dos autores, não refletindo, obrigatoriamente, a opinião da Comissão Editorial da Revista.

- Todos os artigos enviados, e que estiverem de acordo com as Normas, serão analisados pela Comissão Editorial que opinará sobre a pertinência ou não de sua publicação. No caso de aceitação do artigo, o(s) autor(es) será(ão) contatado(s) pelo correio eletrônico, ou outro meio que tiver informado, e terá(ão) direito a receber 03 (três) exemplares do número em que seu artigo for publicado.

Devem ser enviados para o endereço eletrônico

revista3idade@sescsp.org.br

- O(s) autor(es) deve(m) enviar uma breve nota biográfica contendo: o(s) nome(s); endereço completo; endereço eletrônico, telefone para contato; indicação da instituição principal à qual se vincula (ensino e/ou pesquisa) e cargo ou função que nela exerce.

- Os direitos de reprodução (copyright) dos trabalhos aceitos serão de propriedade do SESC, podendo ser reproduzidos em outra publicação técnica. O autor também autoriza disponibilização no sítio [www.sescsp.org.br](http://www.sescsp.org.br)

- Os artigos aceitos somente serão publicados com autorização por escrito, do(s) autor(es), cujo modelo será enviado pela Comissão Editorial. O não recebimento da autorização preenchida e assinada pelo(s) autor(es) cancelará a publicação do artigo.

- Os trabalhos aceitos serão submetidos à revisão editorial e qualquer modificação substancial será submetida ao(s) autor(es) antes da publicação.

### APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS

a) Os trabalhos deverão ser apresentados na forma de arquivo digitado em programa Word for Windows e devem conter entre 15.000 e 25.000 caracteres.

b) *RESUMO*: Deve apresentar de forma concisa o objetivo do trabalho, os dados fundamentais da metodologia utilizada, os principais resultados e conclusões obtidas e conter aproximadamente 200 palavras. Deve vir acompanhado por até cinco palavras que identifiquem o conteúdo do trabalho (palavras-chave)

c) *ABSTRACT*: O resumo em inglês também conter aproximadamente 200 palavras. Deve vir acompanhado por até cinco palavras que identifiquem o conteúdo do trabalho (keywords)

d) No artigo devem constar as seguintes partes: Introdução, Desenvolvimento e Conclusão ou Considerações Finais.

e) As referências bibliográficas, notas de rodapé e citações no texto deverão seguir as normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

f) Toda e qualquer citação no texto, seja formal (transcrição), seja conceptual (paráfrase) deve ter obrigatoriamente identificação completa da fonte. Esta identificação aparecerá sob a forma de referência bibliográfica e deve ser colocada no texto (sobrenome do autor, ano e página de onde foi extraída a citação).

g) As notas, sejam de referência, sejam explicativas, devem ser numeradas consecutivamente em algarismos arábicos na ordem em que surgem no texto e podem aparecer em notas de rodapé ou no final do artigo.

h) *ILUSTRAÇÕES*: As ilustrações (gráficos, fotografias, gravuras etc) devem ser utilizadas quando forem importantes para o entendimento do texto. Pede-se que fotos (mínimo 300 dpi), mapas, gráficos ou tabelas tenham boa resolução visual, de forma que permitam a qualidade da reprodução. As ilustrações deverão ser numeradas no texto e trazer abaixo um título ou legenda, com indicação da fonte/autor.

i) *FOTOS*: No caso de utilização de fotos, estas devem vir acompanhadas de autorização de veiculação de imagem do fotografado e com crédito e autorização de publicação do fotógrafo. (O SESC poderá encaminhar modelo). As fotos deverão ser encaminhadas para o e-mail da Revista, em alta resolução, mínimo de 300 dpi.

